



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE

**LICENCIATURA EM PEDAGOGIA - ÁREA DE APROFUNDAMENTO EM EDUCAÇÃO DO
CAMPO**

NILTON DA CRUZ SILVA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO COM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ORIUNDAS DO CAMPO**

João Pessoa-PB

2017

NILTON DA CRUZ SILVA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO COM CRIANÇAS E
ADOLESCENTES ORIUNDAS DO CAMPO**

Monografia apresentada como requisito para obtenção do grau de Licenciado em Pedagogia à banca examinadora no Curso Pedagogia - Área de Aprofundamento em Educação do Campo do Centro de Educação (CE), Campus I da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora: Dr^a Francisca Alexandre de Lima

João Pessoa-PB

2017

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S586t Silva, Nilton da Cruz.

O Trabalho do Pedagogo nas Casas de Acolhimento com
Crianças e Adolescentes Oriundos do Campo / Nilton da
Cruz Silva. - João Pessoa, 2018.

57 f. : il.

Orientação: Francisca Alexandre de Lima.
Monografia (Graduação) - UFPB/CE.

1. Pedagogo, Casas de Acolhimento, Espaço não Escolar.
I. Alexandre de Lima, Francisca. II. Título.

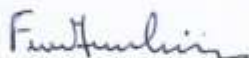
UFPB/BC

NILTON DA CRUZ SILVA

**O TRABALHO DO PEDAGOGO NAS CASAS DE ACOLHIMENTO
COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES ORIUNDAS DO CAMPO**

Aprovado em: 13/06/2017

COMISSÃO EXAMINADORA



Profª Drª. Francisca Alexandre de Lima
(Orientadora)



Profª. Drª. Severina Andréa Dantas de Farias
(Examinadora)



Profª. Drª. Eunice Simões Lins Gomes
(Examinadora)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por estar comigo nessa caminhada diária, me fortalecendo em todos os desafios a cada dia.

Aos meus pais, Lucia Maria da Cruz e José Pedro da Silva, pelo amor incondicional e pelos ensinamentos éticos e morais.

A minha família pelo apoio e suporte nas horas mais difíceis que passei.

Ao meu amado filho Henry Filipe pelo amor sublime e incomparável.

A minha esposa Andresa França pelo amor dedicado todos os dias.

A professora Dra. Francisca Alexandre de Lima, pelas orientações, sugestões, apoio e dedicação a este trabalho.

Aos meus amigos e amigas que me deram apoio em todos os sentidos, além da descontração e diversão vivenciadas fora do ambiente acadêmico.

O aprendizado que o homem conquista surge da sua comunicação com o outro, em ambientes diversos, desenvolvendo suas habilidades e competências para viver em sociedade. (Silva, 2017).

RESUMO

Esta pesquisa objetivou analisar o trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento com crianças e adolescentes oriundas do campo. A elaboração e construção desse trabalho foram desenvolvidas com três pedagogas e suas equipes compostas por Assistentes Sociais e Psicólogos (as) em três instituições públicas de ensino não formal no município de João Pessoa sendo uma pedagoga do Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa do Estado da Paraíba, uma pedagoga da casa de acolhimento Morada do Betinho e uma pedagoga da casa de acolhimento Shalom, essas duas últimas lócus da pesquisa, da capital paraibana, possibilitando assim, a análise, identificação e as contribuições dessas profissionais nas casas de acolhimento. As duas casas de acolhimento e o Fórum da Infância e Juventude são considerados espaços não escolares de educação. Foram analisados os perfis das pedagogas no que concernem suas habilidades e competências para o desenvolvimento do seu trabalho nesses espaços não escolares, bem como suas atuações relevantes ao trabalho docente. A elaboração e construção do objeto de estudo da pesquisa teve como lócus duas casas de acolhimento localizadas no município de João Pessoa/PB. A Casa de Acolhimento Morada do Betinho e a Casa de Acolhimento Shalom, esta última uma organização não-governamental, estão vinculadas ao Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa do Tribunal de Justiça da Paraíba TJ/PB. Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, foi necessário a autorização das coordenadoras das casas de acolhimento, bem como da chefia do setor de acolhimento da 1ª Vara do Fórum da Infância e Juventude do TJ/PB. Na metodologia, as técnicas e os instrumentos para construção dos dados foram: a entrevista, a observação e um questionário com perguntas abertas enaltecendo a natureza do trabalho de caráter descritivo e uma abordagem qualitativa. As entrevistas foram transcritas e analisada posteriormente. Para uma melhor visualização dos relatos dos entrevistados as suas falas estarão recuadas à margem. Os principais autores que fundamentaram este trabalho foram: CALDART (2010), IZAR (2011), LIBÂNEO (2002, 2005 e 2006) e PIMENTA (2008), no qual, por meio da troca de saberes e experiências no ambiente judicial, bem como dos dados construídos pela entrevista e do embasamento da literatura pelos autores citados no trabalho. Como resultado, foi possível compreender como o pedagogo desenvolve o seu trabalho nas instituições de acolhimento, atenuando a construção da práxis pedagógica com outros integrantes da equipe nesses espaços não escolares e familiares das crianças e adolescentes e o processo ensino/aprendizagem para esse público infanto-juvenil, consolidando com isso, o trabalho desse profissional em diversos lugares.

Palavras chaves: Pedagogo, Casa de acolhimento, Espaço não escolar.

ABSTRACT

This research aimed to analyze the work of the pedagogue in the homes with children and adolescents from the countryside. The work was carried out with three pedagogues, a pedagogue of the host house Morada do Betinho, a pedagogue of the shelter Shalom and a pedagogue of the 1st Rod of the Forum of Childhood and Youth of the region of João Pessoa of Paraíba. The two host houses and the Forum of Children and Youth are considered non-school spaces of education. The profiles of the pedagogues regarding their abilities and competences for the development of their work in these non - school spaces, as well as their relevant actions to the teaching work, were analyzed. The elaboration and construction of the object of study of the research had as locus the two houses of reception located in the municipality of João Pessoa / PB. The Casa de Acolhimento Morada do Betinho and the Casa de Acolhimento Shalom, the latter a non-governmental organization, are linked to the Childhood and Youth Forum of the district of João Pessoa of the Paraíba Court of Justice TJ / PB. For the development of the research, initially, it was necessary the authorization of the coordinators of the host houses, as well as the head of the sector of reception of the 1st Rod of the Forum of Children and Youth of the TJ / PB. In the methodology, the techniques and instruments for data construction were: the interview, the observation and a questionnaire with open questions highlighting the nature of the work, with a descriptive character and a qualitative approach. The interviews were transcribed and analyzed later. For a better visualization of the interviewees' reports their speeches will be pushed aside. The main authors who supported this work were: Caldart (2010), Izar (2011), Libâneo (2002, 2005 and 2006) and Pimenta (2008), in which, through the exchange of knowledge and experiences in the judicial environment, as well as Of the data constructed by the interview and the basis of the literature by the authors cited in the paper. As a result, it was possible to understand how the pedagogue develops his / her work in the host institutions by attenuating the construction of the pedagogical praxis with other team members in these non-school and family spaces of children and adolescents and the teaching / learning process for this child / youth audience , Consolidating with this, the work of this professional in several places.

Key words: Pedagogue, Host family, Non-school space.

Lista de Quadro e Figura

Figura 1. Organograma do Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa.....	23
Quadro 1. Perfil das pedagogas das duas casas de acolhimento.....	44

Lista de Siglas

CEB - Câmara da Educação Básica

CIEE - Centro de Educação Empresa Escola

CNE – Conselho Nacional de Educação

CNAS- Conselho Nacional de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado em Assistência Social

CRAS – Centro de Referência em Assistência Social

ECA- Estatuto da Criança e do Adolescente

FUNADE – Fundação Centro Integrado e Apoio ao Portador de Deficiência

LDB- Lei de Diretrizes e Bases

LOJE- Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba

ONG – Organização Não-Governamental

ONU- Organização das Nações Unidas

PNAS- Política Nacional de Assistência Social

PIA – Plano Individual de Atendimento

PPP- Projeto Político Pedagógico

PSB- Proteção Social Básica

PSE- Proteção Social Específica

SRM- Sala de Recurso Multifuncional

SUAS- Sistema Único da Assistência Social

UNICEF – Fundo das Nações Unidas Para a Infância

VIJ- Vara da Infância e Juventude

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	09
1.1 Objetivo Geral: Analisar como acontece o trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento com crianças e adolescente oriundas do campo.....	09
2. BASES TEÓRICAS.....	100
2.1 A Pedagogia no Brasil.....	100
2.2 A atuação do pedagogo em espaços não escolares	132
2.3 Casas de acolhimento para crianças e adolescentes no Brasil	166
2.4 A atuação do pedagogo nas casas de acolhimento	211
2.5 O Fórum da Infância e Juventude da Paraíba	233
3. METODOLOGIA	278
3.1 Delineamento da pesquisa	288
3.2 Instrumentos e técnicas para construção dos dados	29
3.3 A análise dos dados	29
3.4 Participantes da pesquisa	29
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS	290
4.1 As instituições de acolhimento	301
4.1.1 A casa morada do betinho	301
4.1.2 Como é o trabalho do (a) pedagogo (a) na morada do betinho	312
4.2 A casa de acolhimento shalom.....	323
4.2.1 Como é o trabalho do pedagogo na casa shalom	334
4.3 Fórum da Infância e Juventude da Comarca de João Pessoa - PB.....	345
4.3.1 Como é o trabalho do (a) pedagogo (a) no Fórum da Infância e Juventude	356
4.3.2 Quais as dificuldades encontradas pelos (as) pedagogos (as) nas casas de acolhimento	367
4.3.3 Atendimentos e atividades realizadas pelas pedagogas das duas casas de acolhimento e pela pedagoga do Fórum da Infância e Juventude às crianças e adolescentes nas casas de acolhimento.	401
4.3.4 Perfil dos entrevistados.....	423
4.3.5 Tempo de experiência das entrevistadas	44
4.3.6 Aspectos estrutural das casas de acolhimento para o trabalho do pedagogo com os acolhidos.	445
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	47
REFERÊNCIAS	490
ANEXOS	Erro! Indicador não definido.

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa sistematiza um estudo sobre a atuação do pedagogo nas instituições de acolhimento. Tem como objetivo Analisar como acontece o trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento com crianças e adolescentes oriundas do campo. O estudo foi desmembrado em outros objetivos: Traçar o perfil social das instituições de Acolhimento; Identificar as crianças/adolescentes oriundas do campo atendidas nas casas de acolhimento; Traçar um perfil socioeconômico dos pedagogos que atuam no trabalho de assistência com crianças e adolescentes; Entender como se dá a relação do Tribunal de Justiça da Paraíba com as casas de acolhimento; Refletir sobre as especificidades do trabalho do pedagogo com educação do campo nas casas de acolhimento.

O ensino e a aprendizagem, a troca de saberes e o desenvolvimento da práxis pedagógica estão presentes em outros lugares chamados de espaços não formais. Entendendo que as instituições de acolhimento recebem crianças e adolescentes que tiveram seus direitos e garantias violados, essas casas de acolhimento são consideradas espaços escolares não formais, fazendo parte do Serviço de Alta Complexidade do Sistema Único de Assistência Social, ora que essas instituições representam uma medida legal de proteção assegurada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

É importante frisar que o público das instituições de acolhimento são crianças e adolescentes que foram acolhidos pela equipe desses locais por terem seus direitos violados (ruptura da vida familiar, separação e desconstrução de vínculos afetivos e sociais com a família, escola, amigos, entre outros) ou pela família ou pelo Estado. São jovens em desenvolvimento biopsicossocial, necessitadas além de proteção, atendimento especializado por diversos profissionais (Psicólogos, Pedagogos, Assistentes Sociais, entre outros), haja vista que a história de vida de cada criança e adolescente se diferem, a infância nos lugares onde residiam antes de chegar às casas de acolhimento são diferentes e devem ser levadas em consideração para que haja uma relação de confiança e respeito entre os acolhidos e a equipe que irá acompanhá-los na construção do seu projeto de vida.

Estudar sobre o trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento é de suma importância, pois, existem poucos estudos na literatura sobre a sua atuação nas instituições de acolhimento que são considerados espaços não escolares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, 9394/96, apesar de focar na educação escolar, define, em seu artigo 1º, que “a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais”.

A educação se faz presente em diversos lugares, e não somente dentro das escolas. O pedagogo no decorrer da sua docência desenvolve experiência tanto na literatura como empiricamente, fato este que a sua presença é relevante na construção e troca de saberes nos espaços não formais, como nas casas de acolhimento, organizações não governamentais, empresas públicas e privadas; hospitais, entre outros. Considerando as casas de acolhimento como espaços não formais de educação, é relevante a presença do pedagogo pela sua capacidade de contribuir na vida de cada criança e adolescente que residem nesses espaços uma vez que ele articula com outras áreas do saber, a Pedagogia importa-se na construção do educar, com as teorias, princípios e métodos de educação. De forma a desenvolver no educando a sua emancipação como sujeitos de direitos e deveres garantidos pelos descritos do ECA e pela Constituição Federal (CF).

A escolha desse objeto de pesquisa deu-se pela minha experiência no estágio supervisionado no Fórum Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba. Por meio de um processo seletivo realizado pelo Cento de Integração Empresa Escola (CIEE), fui classificado e passei a estagiar na entidade judicial na função de estagiário em Pedagogia. No decorrer do estágio, nas atividades exercidas de observar, analisar e compreender o teor de processos junto com os técnicos e analistas judiciais, na elaboração de ofícios para outras entidades como os Centos de Referências Especializado e Assistência Social (CREAS) entre outras atividades, uma delas foi o atendimento às crianças e adolescentes em conflito com a lei.

O acompanhamento do trabalho dos técnicos e analistas judiciais com os jovens e seus familiares durante alguns atendimentos despertou uma curiosidade para analisar como o pedagogo pode contribuir na vida desses sujeitos que tiveram seus direitos violados, e para isso nos debruçamos em literaturas e conversas com profissionais de outros setores do Fórum da Infância e Juventude de João Pessoa.

2 BASES TEÓRICAS

2.1 A Pedagogia no Brasil

Como ciência da educação, a Pedagogia parte de observações e reflexões sobre os desafios, avanços, alternativas e discursos educacionais, paradigmas e possibilidades de atuação, gerando conceitos que se convertem em teorias pedagógicas. De acordo com Ghiraldelli (2005, p. 1):

O termo pedagogia, tomado como sentido estrito, designa a norma em relação à educação. Quem é que devemos fazer, e que instrumentos didáticos devemos usar, para a nossa educação? Esta é uma pergunta que norteia toda e qualquer corrente pedagógica, o que deve estar na mente do pedagogo. Em um sentido lato trata-se da pedagogia como campo de conhecimentos que abriga o que chamamos de 'saberes da área da educação' - como a filosofia da educação, a didática, a educação, e a própria Pedagogia, tomada então em sentido estrito.

Para o progresso e desenvolvimento das civilizações, a educação, sendo uma arte de ensinar, advinha da antiguidade. Na Grécia Antiga, a arte de transmitir saberes educacionais, estava nas mãos do ex-prisioneiros e refugiados, o que configurava uma desvalorização da educação na época. Manacorda (2004, p. 89) diz que:

[...] na época em que a escola já é uma instituição generalizada e enraizada, a figura do mestre que vimos nascer historicamente como uma profissão de trabalho servil, temos que reconhecer que ao prestígio dos estudos liberais nem sempre correspondeu um igual prestígio de seus profissionais.

Quanto à palavra PEDAGOGO – esta foi aplicada ao simples condutor ou guardião da criança e acabou por se transformar em um preceptor (mestre encarregado da educação do lar) - que derivou o termo PEDAGOGIA, vocábulo que ora para designar uma ciência e uma arte que tem raízes antiquíssimas, quase tão velhas como a própria humanidade. (HOLTZ, 2006).

Surgido na década de 1930 no Brasil, o curso de Pedagogia é marcado por algumas variantes relacionadas ao tipo de formação que deve ter o pedagogo, seu campo de atuação e quais os saberes necessários para a sua prática. Libâneo (2002) apresenta um breve contexto histórico da educação e da pedagogia no Brasil, que se divide em períodos:

- O período que abrange desde a educação jesuítica até a segunda década do século XX, em que a pedagogia tinha caráter científico ainda que especulativo;
- O período que compreende a Escola Nova no Brasil (a partir da segunda década do século XX) até o período que antecede a ditadura militar, onde a pedagogia é a docência e à experiência de professores;
- O período do tecnicismo educacional que se inicia com a ditadura militar no Brasil até o início dos anos 90, evidenciando uma pedagogia de caráter científico, porém técnico e não teórico;
- O período da concepção de “ciências da educação”, que compreende o início dos anos 90 do século XX em diante, onde volta então, a concepção de pedagogia no sentido de metodologia e organização do ensino.

Assim é possível perceber que, desde sua criação, o curso de Pedagogia desenvolve como foco prioritário nos processos que envolvem o ofício docente em instituições formais e regulares de educação. Assim a figura do pedagogo é cada vez mais associada à do professor. Ao longo da história, a pedagogia vem buscando sua identidade (ora geral, ora tecnicista), enquanto ciência ou ciências da educação.

Muitas foram as regulamentações ocorridas no curso de Pedagogia no ano de 1939, 1962 e 1969 que apresentaram um currículo mínimo como referência nacional e em 1996 deixa de existir este currículo mínimo cedendo lugar às diretrizes curriculares para as diferentes licenciaturas, menos para a Pedagogia. Somente no ano 2005 foi aprovada a Lei de Diretrizes Curriculares para os Cursos de Pedagogia com o Parecer CNE/CP 05. Diz o documento que a formação do licenciado em Pedagogia fundamenta-se no trabalho pedagógico realizado em espaços escolares e não-escolares, que têm a docência como base. Dessa maneira, abriu-se o caminho para o reconhecimento da dimensão educativa que existe em outras instâncias da vida social, fora da escola regular e da docência. Entende-se que onde houver uma prática educativa intencional, haverá aí uma ação pedagógica (LIBÂNEO, 1996).

Apesar disso, o pedagogo tem-se ainda caracterizado como profissional responsável pela docência e especialidades da educação, como: direção, supervisão, coordenação e orientação educacional, entre outras atividades específicas da escola. O pedagogo e sua atuação além dos espaços formais de ensino: sua importância e sua prática Educação engloba ensinar e aprender. É um fenômeno visto em qualquer sociedade, pois é responsável pela sua manutenção e perpetuação a partir da passagem às gerações que se seguem, dos meios culturais necessários à convivência e sobrevivência de um membro. Nos mais variados espaços de convívio social ela está presente.

Para começar a atuar como docente se faz necessário que o pedagogo passe por alguns estágios supervisionados onde desenvolverá suas capacidades para enfrentar a realidade futura durante o exercício da sua profissão. Os estágios supervisionados propiciam ao futuro docente segurança, conhecimento, experiência empírica no campo de pesquisa articulado com a teoria e a prática, conforme orientações de Pimenta e Lima (2008). Segundo esses autores durante o estágio os professores-estagiários necessitam compreender a complexidade que caracteriza a sua futura prática profissional e as teorias devem oferecer subsídios para essa compreensão. A pesquisa durante o estágio segundo as autoras:

[...] se traduz, de um lado, na mobilização de pesquisas que permitam a ampliação e análise dos contextos onde os estágios se realizam; por outro, se traduz na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisadores a partir das situações estágio” (PIMENTA e LIMA 2008, p. 46).

Sendo assim, o estágio supervisionado nas instituições de ensino estão assegurados pela Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e a Lei de Estágio, habilitando o aluno a atuar na sua referida área de conhecimento e aprendizado.

2.2 A atuação do Pedagogo em espaços não escolares

Antigamente, o pedagogo era compreendido como um profissional que só poderia atuar dentro da sala de aula, seu processo educativo restrito, limitado, tendo à escola como seu único espaço de trabalho. Com o passar dos anos, com a presença e progresso das tecnologias inseridas em todos os lugares, e principalmente na educação, fizeram com que emergisse novos espaços de atuação do pedagogo.

Na sociedade vigente, almejando compreender os espaços de atuação que o pedagogo deve atuar além da sala aula, o pedagogo nos espaços extraclasse, enfrenta inúmeros desafios a serem conquistados no exercício da sua profissão. Alguns desses desafios estão presentes diariamente na vida do Pedagogo, com lembra Luckesi (2009, p. 41): “[...] a sobrevivência, os baixos salários, a violência urbana e rural, condições escolares inadequadas para o ensino, currículos formais excessivos, pressão vestibular [...]”.

As mudanças estão presentes em diversos espaços sejam elas na economia, cultura, política, educação, dentre outros. Nesses espaços que o Pedagogo assume o compromisso de desenvolver conhecimentos contribuindo para o aprendizado dos sujeitos envolvidos. Sobre seu campo de atuação Libâneo (2002, p. 52) esclarece:

O pedagogo tem identidade própria, seu campo de ação compreende a ação educativa e os processos de ensino e aprendizagem. A confluência de outras ciências existentes no curso permite-lhe refletir e compreender as questões relacionadas à sociedade e ao ser humano. Sua formação multidisciplinar confere-lhe a possibilidade de implementar ações interdisciplinares. A atuação do pedagogo é tão grande quanto são as práticas educativas na sociedade, pois é o “profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação ativa de saberes e de modos de ação, tendo em vista objetivos de formação humana definidos em sua contextualização histórica.

A possibilidade de oportunidades de trabalho para o pedagogo são enormes, pois tem como um de seus objetivos a formação humana. Atividades, projetos que norteiem a aprendizagem nos ambientes de trabalho se configuram como essencial também nas empresas. O Conselho Federal de Educação, na indicação 70/76, artigo 2, define o pedagogo como um dos especialistas em educação “que se aprofunda na teoria, nos fundamentos ou metodologia da educação” (SILVA, 2003, P. 60).

O processo de ensino/aprendizagem está presente em todos os espaços, e não somente dentro da escola. Espaços não escolares como hospitais, empresas públicas e privadas, organizações não-governamentais, instituições de medidas socioeducativas, e em outros espaços com fins educativos que necessitam de um profissional de Pedagogia qualificado, capacitado para a formação humana em todos os contextos e situações. De acordo com Libâneo (2005, p. 33),

[...] o Pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa, direta ou indiretamente ligadas à organização e aos processos de transmissão e assimilação de saberes e modo de ação, tendo em vista objetivos de formação humana previamente definidos em sua contextualização histórica.

De acordo com Freire (2005, p.79) "O educador já não é mais o que educa, mas o que, enquanto educa, é educado, em diálogo com o educando que, ao ser educado, também educa. Ambos, assim, se tornam sujeitos do processo em que crescem juntos".

Para compreender melhor como o pedagogo atua em espaços escolares e não escolares, é preciso compreender como estas duas vertentes estão articuladas contribuindo assim, para sua formação humana. Os espaços escolares (espaço formal), são aqueles que são desenvolvidos saberes, o conhecimento e as aprendizagens acontecem sistematicamente. Nestes espaços a atuação do pedagogo é importante, pois ele elabora, organiza e executa atividades pedagógicas de forma sistemática e mediatizada.

Para Franco Cambi (1999), a escola é o espaço por excelência, de institucionalização da aprendizagem, fornecendo as ferramentas educativas para auxílio do conhecimento científico. Para (CALDART, 2010), a escola deve propor uma educação humanizada, uma educação como prática educativa se fundamenta numa concepção de ser humano, numa visão de mundo e numa maneira de (re) pensar os processos de humanização e também de formação do ser humano. Sendo assim, a escola possui meios para auxiliar o trabalho do pedagogo na sala de aula, a fim de que esse profissional possa desenvolver conhecimento que contribua para aprendizagem e formação do cidadão.

Os espaços não escolares (espaço informal) são aqueles em que as práticas educativas acontecem fora dos muros da escola. Segundo Gohn (2001, p. 103): "Um dos pressupostos básicos da educação não formal é o de que a aprendizagem se dá por meio da prática social. É a experiência das pessoas em trabalhos coletivos que gera um aprendizado".

A educação formal ou não devem voltar-se para a cidadania, para o reconhecimento de direitos dos sujeitos, mas para que ocorra essa cidadania, deve haver planejamento e comprometimento dos mesmos sujeitos que querem essa educação. Moura; Zuchetti (2006, p. 235) relatam que:

Uma educação assim, voltada para a vida, para a paz, para a efetiva inclusão social, demanda, portanto, uma pedagogia da complexidade que, pela sua dimensão ético-política-estética, concretiza uma educação comprometida com o cuidado, com o bem viver coletivo e com a liberdade.

Com isso, o pedagogo deve ter uma postura ética, política e estética contemplando nos espaços não formais uma educação cidadã, uma pedagogia inclusiva e social que atenda todo público, desde crianças até idosos, fortalecendo o bem viver das pessoas por meio de laços de convivência coletivo na sociedade em que estão inseridos.

Para Jacobucci (2008), os espaços informais de aprendizagem estão sugeridos em duas categorias em que também as práticas educativas acontecem: locais que são Instituições como exemplo (Museus, Centros de Ciências, Parques Ecológicos, dentre outros); são espaços regulamentados e que possuem equipe técnica responsável pelas atividades pedagógicas. E locais que não são Instituições, ambientes naturais que não dispõem de estruturação institucional como exemplo (teatro, rua, casa, praça, terreno, campo de futebol, dentre outros).

Analisando essas duas vertentes de espaço para a atuação do Pedagogo, é compreensível que a pedagogia é fragmentada em diversos ambientes, lugares, permitindo que o profissional de Pedagogia exerça a sua formação, ampliando ainda mais o seu conhecimento em diversas áreas. Pois, Carneiro e Maciel (s.d) afirmam que,

O grande desafio a que se submete o pedagogo atualmente é, utilizando-se de fundamentos de diversas áreas do conhecimento, elaborar categorias de análise para a apreensão e compreensão de variadas práticas pedagógicas que se desenvolvem em diversos contextos sociais conforme as relações sócias de nossa época. (CARNEIRO E MACIEL, p. 3, s.d).

Nas palavras de Libâneo e Pimenta (2002, p. 29):

Todo educador sabe, hoje, que as práticas educativas ocorrem em muitos lugares, em muitas instâncias formais, não-formais, informais. Elas acontecem nas famílias, nos locais de trabalho, na cidade e na rua, nos meios de comunicação e, também, nas escolas. Não é possível mais afirmar que o trabalho pedagógico se reduz ao trabalho docente nas escolas. [...] A Pedagogia é mais ampla que a docência, educação abrange outras instâncias além da sala de aula, profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência.

Nesse sentido, o Pedagogo deve atualizar-se periodicamente, ser um profissional com conhecimento abrangente para trabalhar a formação humana, e não se confinar no espaço formal da escola, mas também em espaços não formais, pois cada sujeito tem suas particularidades que são desafios que o pedagogo deve superar no seu dia a dia.

Do ponto de vista pedagógico, a tarefa de educar consiste em desenvolver na pessoa conhecimentos, habilidades, seus potenciais, fortalecendo a capacidade de agir, pensar num processo participativo/interativo. Na educação, a dualidade teoria e prática estão imbricadas, onde o Pedagogo age mediando a sua relação interacional com o meio em que está inserido.

É na articulação teoria e prática que os processos educativos se manifestam nos espaços formais e não formais, em diversas áreas como: sociais, políticas, econômicas, culturais, religiosas, familiares, escolares, entre outras. Segundo Libâneo (2002, p. 14), por Educação Informal entende-se que “o ser humano educa-se pelo simples fato de viver e conviver com outras pessoas, desenvolvendo-se e transformando-se por efeitos de sua interação com o meio no qual está interagindo”.

Nesse caso, é um acontecimento espontâneo, sem intenção ou formalidade consciente alguma, mas que aprendizagem existe, está presente, desenvolvendo nas pessoas estruturas afetivas, físicas e sociais por estarem nos espaços formais e não formais de ensino na sociedade.

Para Lopez (2008),

O pedagogo extra escolar é aquele que desenvolve atividades educativas fora dos limites da escola e seu tempo de trabalho integra diferentes tipos de organizações e áreas de atuação através de processos de aprendizagem voltados para o desenvolvimento social inter-relacionando a área de educação em diferentes campos: saúde, esporte e lazer, cultura, profissionalização, meio ambiente, direitos humanos e outro.

Para esses autores, o profissional formado em pedagogia tem uma diversidade enorme de possibilidades de atuação, desenvolvendo nos espaços não escolares – casas de acolhimento, por exemplo, a práxis pedagógica nas crianças e adolescentes que integram esses espaços, independente de raça, cor, etnia, classe social, aproximando-se desses educandos pelo diálogo, pela valorização do conhecimento que já possuem, bem como na troca de afetividade que parece ser mais eficaz na relação educador/educando.

Na concepção de Freire (2000, p. 96-97) “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer ao debate “[...] não pode fugir à discussão criadora, sob pena de uma farsa [...]”. A educação, antes de ser alfabetizadora, é um processo que precisa da transmissão de sentimentos, valores a serem seguidos, dos quais podemos apostar em resultados significativos para a construção da identidade de muitos jovens, até mesmo dos adultos.

2.3 Casas de Acolhimento para Crianças e Adolescentes no Brasil

Os estudos de Viana (1893) mostram que as primeiras instituições de proteção à infância abandonada só surgiram no século XVIII, e até Independência do Brasil, limitando-se a apenas a três cidades: Salvador, Rio de Janeiro e Recife. Foram elas: A Roda de Expostos que era um dispositivo de madeira, colocado nas Santas Casas da Misericórdia, onde a criança abandonada era deixada sem que o expositor fosse visto, os recolhimentos para meninas pobres que foi fundado em 1716, sob o patrocínio da Irmandade Santa Casa de Misericórdia. Esse recolhimento era destinado a recolher jovens e adolescentes brancas e educá-las, até o casamento, em alguns momentos recolhia crianças.

Essa Roda de Expostos na França e em Portugal foi trazida para o Brasil, no século XVIII, tendo como objetivo permitir que as mães possam abandonar seus filhos de forma a não serem identificadas. A instituição cuidaria de recolher e proporcionar às crianças um tratamento adequado. A última Roda dos Expostos foi desativada em 1949, na Santa Casa de Misericórdia em São Paulo.

Para Leite (1991) a Roda dos Expostos foi uma instituição que objetivava recolher as crianças abandonadas, com intuito último de salvar a vida de inúmeros recém-nascidos, que de outra forma, estariam perdidos na sociedade.

Para Marcílio (2006), no Brasil as primeiras formas de assistência à criança abandonada, justamente, as que duraram um período mais longo, foram transplantadas de Portugal. A proteção à criança abandonada iniciou-se com a própria colonização.

Quando os pais ou parentes não assumiam a responsabilidade por um filho, essa obrigação recaía sobre a câmara municipal, que devia encontrar os meios para criar a criança sem família. Entretanto, as municipalidades brasileiras relutaram contra essa difícil tarefa, porém, importante função. Quase sempre, havia omissão, negligência, falta de interesse ou de assistência às crianças expostas. (MARCÍLIO, 2006).

De acordo com o autor existem três fases distintas que identificam a evolução na história da assistência à infância abandonada brasileira: a fase caritativa, a fase da filantropia e a fase do Estado Protetor. A primeira fase teve início no período colonial e prosseguiu até meados do século XIX. O Assistencialismo dessa fase tinha como marca principal a caridade e beneficência, onde os ricos e poderosos minimizavam o sofrimento dos mais desvalidos e, em troca, esperavam receber a salvação de suas almas.

A segunda fase da assistência à infância abandonada caracteriza-se como filantropia e recobre o período final do século XIX até os anos de 1960. As mudanças sociais operadas pelo Brasil foram profundas, no que diz respeito às políticas públicas sociais voltadas para a infância desvalida (MARCÍLIO 2006). Em 1885, emergiu um projeto de política pública em favor dos menores abandonados, inspirados na nova mentalidade filantrópico-científica, resultando na criação de asilos de educandos que incluíam a instrução alimentar, a formação cívica e a capacitação profissional das crianças desvalidas (MARCÍLIO 2006).

A terceira e última fase, denominada de Estado Protetor, no final do século XX, seu objetivo em assumir a assistência social da criança desvalida e “desviantes”. Segundo Rizzini (1997), no século XX, as condições sociais criaram um enorme aglomerado de crianças abandonadas e, com isso, a concepção de infância adquiriu uma dimensão social. Com isso, essa fase deixou de ser objeto de interesse da família e da igreja, passando a ser uma questão de cunho político-social de competência administrativa do Estado.

A Política Nacional de Assistência Social (PNAS), enquanto política pública, estabelece direitos e processos metodológicos para a implementação da assistência social enquanto política pública. Aprovada em 22 de setembro de 2004 pelo Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), a PNAS passa a operacionalizar pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), em todo território nacional, criado em 15 de julho de 2005, pela Resolução nº 130 do Conselho Nacional de Assistência Social.

O SUAS (2005) é um sistema público não contributivo, descentralizado e participativo, que tem por função a gestão do conteúdo específico da Assistência Social no campo da proteção social brasileira. (BRASIL, PNAS, 2004). Esse sistema regula e organiza, em todo território nacional, as ações assistenciais, define e organiza os elementos essenciais e imprescindíveis à execução da política de assistência social, possibilitando a normatização dos padrões nos serviços. O SUAS define níveis de complexidade de proteção social, ou seja, Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Específica (PSE) que se divide em média e

alta complexidade.

Os serviços da média complexidade oferecem atendimentos às famílias e indivíduos com seus direitos violados, cujos vínculos familiares e comunitários não foram rompidos. Já a proteção especial de alta complexidade são aqueles atendimentos que garantem proteção integral, ou seja, quando famílias ou indivíduos se encontram sem referência e necessitam ser retirados de seu núcleo familiar ou comunitário. Portanto, são eles: o serviço de acolhimento institucional; serviço de acolhimento em repúblicas; serviços de proteção em situações de calamidades públicas e emergências. (BRASIL, PNAS, 2004).

Os Serviços de Acolhimento Institucional integram os Serviços de Alta Complexidade do Sistema Único da Assistência Social (2005) e devem pautar-se nos referenciais do ECA; do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Criança e Adolescente à Convivência Familiar e Comunitária (2006); da Política Nacional de Assistência Social (2004); do Projeto de Diretrizes das Nações Unidas sobre Emprego e Condições Adequadas de Cuidados Alternativos com Criança (2007).

As instituições de acolhimento integram os Serviços de Alta complexidade do SUAS. De acordo com a Política Nacional de Assistência Social (BRASIL, 2004), tais serviços garantem a proteção integral, envolvendo alimentação, higiene, moradia, e trabalho protegido para indivíduos e famílias que precisem ser retirados de seu núcleo familiar e (ou) comunitário, por enfrentarem situação de ameaça ou, ainda, se encontrarem sem referência.

Quanto às modalidades de serviço, os Serviços de Acolhimento Institucional podem ser organizados de formas distintas conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b, p. 4), incluindo abrigo institucional, casa lar e residência inclusiva, sendo as duas primeiras destinadas para o atendimento de crianças e adolescentes. A Residência Inclusiva é uma unidade que oferta Serviço de Acolhimento Institucional, da Proteção Social Especial de Alta Complexidade do SUAS para jovens e adultos com deficiência, em situação de dependência, que não disponham de condições de auto-sustentabilidade ou de retaguarda familiar, em sintonia com a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Com capacidade máxima para 10 residentes, a Residência Inclusiva tem o propósito de romper com a prática do isolamento, de mudança do paradigma de estruturação de serviços de acolhimento para pessoas com deficiência em áreas afastadas ou que não favoreçam o convívio comunitário. Dentre os objetivos do Serviço de Acolhimento Institucional para Jovens e Adultos com Deficiência, ofertado na Residência Inclusiva estão: ofertar de forma qualificada a proteção integral de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência; promover a inclusão de jovens e adultos com deficiência em situação de dependência na vida comunitária e social e contribuir para a construção progressiva da autonomia, com maior independência e protagonismo no desenvolvimento das atividades da vida diária.

Para assegurar o direito de acesso a criança/adolescente ou pessoas com algum tipo de deficiência ao sistema de ensino regular, está na Resolução do CNE/CEB nº 02/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica e em seu parecer de nº 17/2001, apresenta, no artigo 2º a exigência de que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo as escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos (Brasil, 2001).

Para solidificar a resolução acima citada, Lopes (2010) diz que:

Considerando-se que a oferta da Sala de Recursos, no espaço escolar do ensino regular, como um dos atendimentos da educação especial, visa contribuir para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados em classes comuns, os estados da Federação, a partir da publicação das referidas Diretrizes, passaram a legislar sobre o assunto (LOPES, 2010, p.52).

O estatuto afirma como princípio, no primeiro inciso do artigo 92, a preservação dos vínculos familiares e a promoção para a reintegração familiar. As Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes indicam como orientações metodológicas a elaboração de um plano de atendimento individual e familiar (PIA), a ser elaborado já na chegada da criança ou do adolescente, visando orientar todo o trabalho a ser desenvolvido no decorrer do acolhimento.

Orientam que os acolhidos e suas famílias participem desse processo, junto com os técnicos da instituição e outros integrantes da rede, para ajudar a planejar os encaminhamentos que levem à superação das razões que conduziram ao acolhimento. Outra orientação que se aproxima do estatuto é o acompanhamento da família de origem, para apoiar a família na reintegração e até mesmo para prevenir futuros afastamentos.

As Orientações Técnicas indicam, a elaboração Projeto Político Pedagógico (PPP), com toda a equipe de serviço, bem como a participação das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Nesse PPP devem constar estratégias para o não desmembramento de grupos com vínculo parentesco e mesmo para o fortalecimento de sua vinculação afetiva, para estimular “o contato da criança ou do adolescente com seus pais e parentes” (BRASIL, 1990, Art. 92, inciso IX, § 4). Orientações essas que são defendidas pelo ECA.

Nesse mesmo documento, devem constar estratégias para um acolhimento receptivo e acolhedor, desde a chegada e durante todo o período, favorecendo a construção de vínculos de confiança e afetividade, o que ajudará a atender ao princípio de evitar a transferência entre entidades, considerando que a transferência romperia com os vínculos citados. Na estruturação do PPP, consta que devem ser organizados registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança e adolescente.

Par Izar (2007), o projeto político da instituição de acolhimento define a sua identidade através da explicitação de sua função social; proporciona a integração das linhas de ação distintas (Serviço Social, Psicologia e Pedagogia), mas essenciais e complementares; dá a referência metodológica necessária para direcionar, fundamentar e justificar as ações voltadas para os acolhidos institucionalmente, suas famílias e funcionários personalizados.

As casas de acolhimento devem garantir: Infra-estrutura física que garanta espaços privados e adequados ao desenvolvimento da criança e do adolescente:1) (espaço físico aconchegante e seguro, com padrões arquitetônicos semelhantes aos de residências, organizados de modo a favorecer a privacidade, a interação das crianças/adolescentes e a exploração do ambiente. Deve oferecer acessibilidade, com realização de tarefas escolares. Os quartos deverão, obrigatoriamente, possuir espaços específicos para guardar objetos, devendo ser evitado o uso coletivo de roupas e demais artigos de uso pessoal; Recomenda-se que em cada quarto sejam acolhidas até quatro crianças/adolescentes, não ultrapassado o limite de seis acolhidos, e que esses sejam distribuídos nos quartos pela idade, sexo, grupos de irmãos ou com outros vínculos parentescos, dentre outros).

Ambiente e cuidados facilitadores do Desenvolvimento: 2) aspecto, contemplando: o desenvolvimento integral da criança e do adolescente, a reparação de vivências e violência; a ressignificação de sua história de vida; o fortalecimento da autoestima, autonomia e a construção de projetos de vida futura. Não desmembramento de grupos de crianças/adolescentes com vínculos parentescos: 3) Crianças e adolescentes com vínculos de parentesco (irmãos, primos, etc.), com vínculos afetivos, não devem ser separados ao serem encaminhados para o serviço de acolhimento, salvo se isso for contrário ao seu desejo ou a seus interesses ou houver claro risco de abuso.

Relação afetiva e individualizada com cuidadores:4) Os cuidadores e educadores devem ter qualificação específica para desempenhar esse papel e compreender sua importância no desenvolvimento de relações afetivas positivas e seguras com crianças e adolescentes. Definição do papel e valorização dos educadores/cuidadores: 5) Deve-se dar atenção especial à qualidade da prestação de cuidados em serviços de acolhimento. O (a) cuidador (a) /educador (a) deve ter clareza quanto o seu papel: vincular-se afetivamente às crianças/adolescentes atendidos e contribuir para a construção de um ambiente familiar, evitando, porém, “apossar-se” da criança ou do adolescente, competir ou desvalorizar a família de origem ou substituta.

Organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança/adolescente6): Devem ser organizados registros semanais de cada criança e adolescente, nos quais conste relato sintético sobre a rotina, progressos observados no desenvolvimento, vida escolar; socialização, necessidades emergentes, mudanças; encontro com familiares, dados de saúde, etc. Preservação e Fortalecimento da Convivência Comunitária7): Os serviços de acolhimento devem estar localizados em áreas residenciais, sem

distanciar-se excessivamente, do ponto de vista geográfico e socioeconômico do contexto de origem das crianças e adolescentes; salvo por determinação judicial.

Desligamento Gradativo 8): Tanto nos casos de reintegração à família de origem quanto nos de encaminhamento para família substituta, o serviço de acolhimento deve promover um processo de desligamento gradativo, preparando a criança/adolescente e oportunidades rituais de despedida. E que esse desligamento não deva ser visto como um momento apenas, mas que seja um resultado de um processo contínuo de desenvolvimento da autonomia.

2.4 A atuação do pedagogo nas casas de acolhimento

Diversos trabalhos envolvendo crianças e adolescentes nas casas de acolhimento já foram elaborados no Brasil, dentre os quais encontramos temas: (ABRÃO, 2010; ALEXANDRE, 2003; ARRUDA, 2006; BENETTI, 2012; ROMANELLI, 2013, dentre outros), assim como atividades de pedagogos (as), (AQUINO, 2011; BEDNARCHUK, 2012; BIZARRO, 2012; CARVALHO, 2012, etc.). Entretanto, temos poucos estudos sobre a atuação de pedagogos em instituições de acolhimento (IZAR, 2011; PEREIRA, 2013).

Izar (2011) trata da práxis pedagógica em casas de acolhimento, segundo a autora (2011), o trabalho discute o universo do acolhimento institucional de crianças e adolescentes no campo da educação, partindo da investigação da educação atualmente desenvolvida nos abrigos para depois construir novos paradigmas educativos nesses espaços.

Ao identificar a práxis pedagógica nos abrigos Izar (2011), conclui que:

[...] o abrigo é um espaço de formação dúbio que tanto pode possibilitar aos acolhidos o desenvolvimento da submissão, da dependência e da insegurança como o da iniciativa, da responsabilidade, criticidade e autonomia. Um dos fatores determinantes para seus resultados é a práxis pedagógica destes espaços. (IZAR, 2011, p. 128).

Com isso, o abrigo ou casa de acolhimento configura-se como espaço duplo de formação, onde a práxis pedagógica irá direcionar para o acolhido o tipo de formação a que deve submetê-lo.

Pereira (2013) visando conhecer a atuação do pedagogo em casas de acolhimento no município de Vitória / ES, enfatizou em seu trabalho a Pedagogia Social, discorrendo sobre a formação profissional, tratando da atuação do pedagogo em contextos não escolares – casas de acolhimento -.

Pereira (2013) depois de alguns estudos sobre funções, contribuições e atribuições do pedagogo nas casas de acolhimento, compreendeu que as casas de acolhimento possuem especificidades que diferenciam esse espaço de qualquer outra instituição, por serem, uma casa provisória. Pereira (2013) afirma que tal realidade precisa ser considerada por quem trabalha nesses espaços.

Izar (2011) defende o potencial da casa de acolhimento como um espaço que pode promover o desenvolvimento humano, a partir da compreensão do trabalho pedagógico como fio condutor da instituição.

Ainda em Izar (2011), apoiada em Souza Neto (2002), a práxis pedagógica nas instituições pode ser compreendida como subsídio às crianças e adolescentes na aprendizagem do diálogo, da interação e das negociações com o cotidiano, contribuindo com a conquista da cidadania, bem como com o desenvolvimento da criatividade e da inventividade.

Alguns autores relatam sobre a Pedagogia Social, tendo esta como objeto de estudo a educação social (ROMANS; PETRUS, TRILLA, 2003). Estes autores dialogam sobre ocupações de intervenções educativas “dirigidas especificamente ao desenvolvimento da sociabilidade de sujeitos ou grupos em situação de conflito social; [...] da sociedade em contextos educativos não formais; [ou intervenções] não formais sobre sujeitos ou grupos em situação de conflito social” (ROMANS; PETRUS, TRILLA, 2003).

No Brasil, Paulo Freire é considerado o grande inspirador da Pedagogia Social, onde a educação se aplica em diversos ambientes. Conforme o primeiro congresso realizado em 2006 tratando da temática pedagogia social, alguns estudiosos como (SILVA; NETO; MOURA, 2011) afirmaram que educação indígena, ambiental, no campo, política, hospitalar, alimentar, em saúde, em valores, em cidadania e direitos humanos, para o trabalho, dentre outros, são práticas de pedagogia social.

No Brasil, o campo social é voltado à crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, onde a pedagogia social e a educação popular de Freire estão interligadas. Haja vista que a educação popular está ligado a movimentos de garantia e defesa por direitos sociais, por outro a Pedagogia Social busca um atendimento especializado à aqueles que de alguma forma estão em desvantagem social.

Para Petrus (1997, p. 10) “A democratização das sociedades e a demanda de serviços de proteção social tem ocorrido, possivelmente, como um dos principais fatores de desenvolvimento da Pedagogia Social”. Na definição de Mollenhauer (1993, p. 28), a de transmitir conteúdos culturais, mas exclusivamente ocupar-se com a superação de problemas emergentes das pessoas em formação com vistas a seu desenvolvimento e integração”.

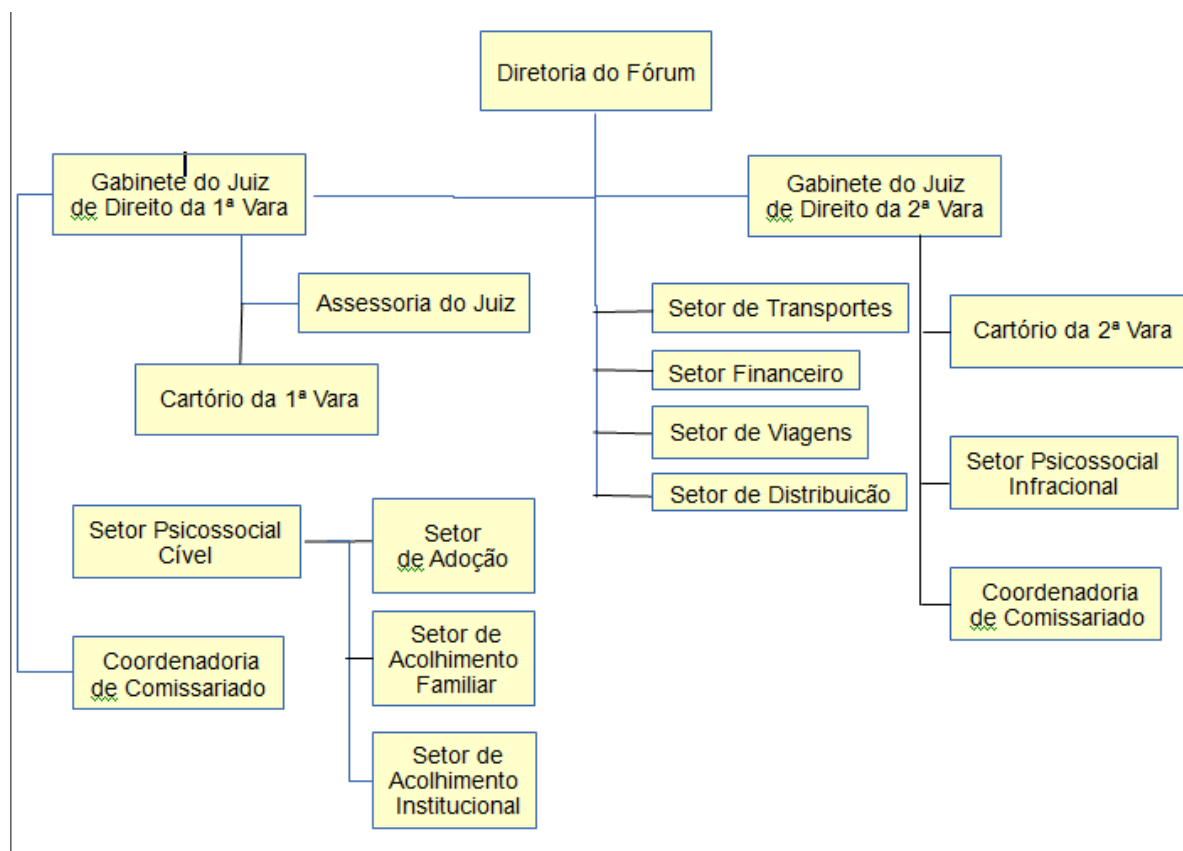
Segundo Streck e Santos (2011, p. 222), a Pedagogia Social, interessada na dinâmica das condições de vida de famílias, crianças, jovens, adultos e idosos, se insere no contexto dos problemas que surgem a partir da própria condição social. Numa perspectiva catalisadora de atividades que atingem a comunidade e a sociedade como um todo encontra no popular a referência que mobiliza a sua ação pedagógica.

Diante da Pedagogia Social, Freire nos convida a praticarmos a Pedagogia da Esperança, mostrando os caminhos para as crianças e adolescentes em vulnerabilidade social e que hoje se encontram acolhidas nas casas de acolhimento. Onde segundo Freire “Hoje, mais do que em outras épocas, devemos cultivar uma educação da esperança enquanto empoderamento dos sujeitos históricos desafiados a superarmos as situações limites que nos desumanizam a todos” (FREIRE, 1994, p. 11).

Portanto, a Pedagogia Social, nos proporciona a uma visão de mundo de tal maneira eu podemos compreender com as garantias de direitos das crianças e adolescentes são violados, e que por meio da educação popular e de movimentos sociais conseguimos diminuir essa desvalorização da criança e do adolescente como cidadãos de direitos iguais.

2.5 O Fórum da Infância e Juventude da Paraíba

Figura 1. Organograma do Fórum da Infância e Juventude do Estado da Paraíba



Fonte: Autoria Própria, a partir dos dados coletados no Fórum da Infância e Juventude.

Visualizando o organograma do Fórum da Infância e Juventude do Estado da Paraíba, verificamos que a sua conjuntura interna está dividida em 1ª e 2ª Varas. Essas estruturas estão interligadas por um diretor responsável que o mantém em atividade, e o objeto de estudo desse trabalho articula-se com maior ênfase na estrutura da 1ª Vara, mais especificamente ao setor de acolhimento institucional.

Dentro da composição estrutural da entidade, a mesma está dividida em duas Varas da infância e juventude: a 1ª VIJ, contemplando o gabinete do juiz de direito da 1ª Vara, assessoria do juiz da 1ª Vara, cartório da 1ª Vara; setor Psicossocial Cível (setor de adoção, acolhimento familiar e institucional), além da Coordenadoria de Comissariado. Foi no setor de acolhimento familiar que o delineamento da pesquisa realizou-se.

A 2ª VIJ é composta por um gabinete do juiz de direito da 2ª Vara, um juiz auxiliar, um setor de transportes, um setor de viagens; um setor de distribuição, um cartório da 2ª Vara; um setor Psicossocial infracional composta por profissionais com formação em (Psicologia, Serviço Social e Pedagogia e, ainda, estagiários dessas áreas), uma coordenadoria de comissariado; dois representantes do Ministério Público, dois Defensores Públicos, três Técnicos Judiciários, que fazem parte do 2º Cartório.

No tocante a discussão dessa divisão enfatizamos a 1ª Vara, mais precisamente o setor de acolhimento familiar, haja vista que esta se articula diretamente com as casas de acolhimento, e a equipe desse setor é quem realiza as diversas atividades nas casas de acolhimento. Atende crianças e adolescentes de ambos os sexos com idade entre zero à dezoito anos incompletos, e em casos especiais, jovens com até vinte e um anos de idade e a família desses atores.

De acordo com o Art. 230 da Lei de Organização Judiciária do Estado da Paraíba – LOJE -, o funcionamento do Fórum é realizado por um juiz responsável pela administração do prédio. Para um melhor andamento dos trabalhos internos, existe na 1ª VIJ um cartório, responsável pela tramitação de processos de guarda, tutela e adoção, como também uma equipe técnica do Setor Psicossocial, com atribuições de atendimentos e visitas domiciliares, havendo a necessidade dos casos.

Compõe ainda no fórum, o setor de transportes, com veículos para os técnicos fazerem as visitas domiciliares e institucionais; o setor financeiro responsável orçamentos de compra e venda para o fórum, e por fim o setor de viagem, com a competência de encaminhar processos para juiz autorizar viagens de crianças e adolescentes conforme os artigos 83, 84 e 85 do ECA; além do setor de distribuição. No gabinete da 1ª Vara, temos um juiz que realiza todas as medidas de processo de adoção, guarda e tutela, juntamente com o seu assessor, com competências de auxiliar o juiz nas atividades internas e externas.

Os direitos fundamentais a criança e ao adolescente, estão resguardados por lei em outros documentos constitucionais muito antes de sua inserção no documento da Constituição Federal de 1988. A 20 de novembro de 1959, em assembléia geral da Organização das Nações Unidas (ONU), foi aprovado o acordo entre as nações sobre os direitos das crianças e adolescentes vigorando em dez princípios. Dentre estes, são

direitos fundamentais: direito a igualdade, sem distinção de raça, cor, religião, nacionalidade; direito à especial proteção para o seu desenvolvimento físico, mental e social, [...], direito à educação e ao lazer infantil. Acordo este, sendo um marco divisor na construção do direito da criança e do adolescente, titulares de direito.

Contudo, esse acordo só foi oficialmente reconhecido durante a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Crianças, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 20 de novembro de 1989, aprovada no Brasil pelo Decreto Legislativo nº 28, 14 de setembro de 1990 e promulgada pelo Decreto nº 99.710 de 21 de novembro de 1990.

Segundo Garrido (2009), “Os princípios da Carta das Nações “[...], reconhece que a criança, para o pleno e harmonioso desenvolvimento de sua personalidade, deve crescer no seio da família, em um ambiente de felicidade, amor e compreensão, necessitando de proteção legal [...]”.

Sendo assim, entende-se que todos os atores (Estado, família e sociedade), tem por obrigação garantir e resguardar a criança e ao adolescente seus direitos fundamentais, propondo para esses jovens espaços acolhedores que os desenvolvam fisicamente e mentalmente, a fim de torná-los, cidadãos críticos, mas também construtivos de saberes na sociedade em que estão inseridos.

Outras convenções nortearam o fortalecimento da garantia de direitos fundamentais a criança e ao adolescente, antes da CF de 1988, como exemplos:

- 1919 - Comitê de Proteção da Infância, afirmando que os Estados não sejam os únicos soberanos em matéria dos direitos da criança;
- 1923 - Declaração de Genebra. Afirma a garantia de proteção à criança, independente da raça, nacionalidade ou crença;
- 1927 - IIN – Instituto Interamericano Del Niño. Destinado a promoção do bem-estar da infância e da maternidade na região;
- 1946 – Criação da UNICEF;
- 1948 – Proclamação da Declaração dos Direitos Humanos, constando direitos e liberdades a crianças e adolescentes;
- 1979 – Celebra-se o Ano Internacional da Criança;
- 1983 – organização de ONGs para elaborar uma Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança;
- 1989 – A Convenção sobre os Direitos da Criança é adotada;
- 1990 – Cúpula Mundial de presidentes em favor da Infância;
- 2001 – É celebrado o Ano Interamericano da Infância e Adolescente.

Sendo assim, os direitos fundamentais à criança e ao adolescente já estavam documentados por lei em anos anteriores à CF de 1988, sendo estes documentos transcritos por meio de decretos, leis, em convenções nacionais e internacionais fora do Brasil, reafirmando a garantia de direito fundamental da criança e do

adolescente.

A Constituição Federal (CF) de 1988 assegura à criança e ao adolescente o exercício de seus direitos fundamentais (Art.227), pois os reconhecem como sujeitos de direitos, que devem ser protegidos pelo Estado, pela família (pai, mãe, família extensa – tio, avô, parentes de 2º e 3º grau -) e pela sociedade.

Dois anos depois, em 1990, o Estatuto da Criança e Adolescente (ECA) instituiu-se como Lei Federal nº 8.069 adotando a chamada doutrina da Proteção Integral, reafirmando que crianças e adolescentes devem ser vistos como pessoas em desenvolvimento, [...]. O ECA ainda determina que a responsabilidade dessa garantia de direitos seja partilhada pela família, Estado e comunidade (BRASIL, 1990).

Para Silva (2005), o reconhecimento da criança e do adolescente com sujeitos de direitos é resultado de um processo historicamente construído, marcado por transformações ocorridas no Estado, na família e na sociedade. Com isso, os direitos das crianças e adolescentes no Brasil, é fortalecido por Leis de direito, dando para esse público, o que eles mais precisam, o apoio do Estado, família e sociedade para o seu progresso como cidadãos.

O ECA surgiu por de meio de movimentos sociais pela infância para assegurar a esses jovens, as garantias de direitos constados na Constituição Federal. Haja vista que havia uma perversidade do sistema antigarantista por parte do Estado com uma forte “situação irregular” de violação de direitos aos jovens. A partir do ECA foi inserido o paradigma da “proteção integral” em oposição a “situação irregular”. Com isso, é inaugurado um sistema de garantias e direitos (SILVA, 2005).

Com as mudanças propostas pelo ECA, orfanatos ou internatos denominaram-se unidades de acolhimento institucional, passando a prestar plena assistência à criança e ao adolescente, oferecendo acolhida, proteção, espaço para socialização e desenvolvimento.

No decorrer do trabalho foram encontradas crianças e adolescentes oriundas do campo, vindos da zona rural para residir temporariamente nesses espaços não escolares na capital João Pessoa, devido a garantia de seus direitos que foram violados, pela própria família e Estado.

A população do campo tem uma raiz cultural própria, um jeito de viver e trabalhar, distinto do mundo urbano, e que inclui diferentes maneiras de ver e de se relacionar com o tempo, o espaço, o meio ambiente, bem como de viver e de organizar a família, a comunidade, o trabalho e a educação. Nos processos que produzem sua existência vão também se produzindo como seres humanos (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002, p. 11).

A educação que se discute para o homem do campo parte da sua realidade cultural, fazendo dos saberes da terra conteúdos a serem trabalhados significativamente na escola, dando assim a oportunidade de sugestão priorizando uma educação no e do campo. No e do campo: No: o povo tem direito a ser educado no lugar onde vive; Do: o povo tem direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com a sua participação, vinculada à sua cultura e as suas necessidades humanas e sociais (KOLLING, CERIOLI;

CALDART, 2002, p. 18).

Por muitos anos os povos do campo sofreram com a falta de compromisso das políticas públicas referentes à educação rural, caracterizada pelo preconceito, abandono, estigma de atraso e pelo pouco reconhecimento e valorização dos educadores. As crianças do campo possuem características particulares, por serem filhos (as) de família quilombola, agricultores, indígenas, ribeirinhos, entre outros povos, essas crianças são excluídas por muitas vezes do processo de construção do conhecimento humano, das políticas educacionais e dos espaços de socialização.

Para que a falta de compromisso dos povos do campo diminua, o art. 2^º do Decreto 7.352 de 2010, relata alguns princípios da educação do campo que são: respeito à diversidade do campo em seus aspectos sociais, culturais, ambientais, políticos, econômicos, de gênero, geracional e de raça e etnia. Princípios são leis ou fundamentos gerais de uma determinada racionalidade, dos quais derivam leis ou questões mais específicas. No caso do trabalho como princípio educativo, a afirmação remete a relação entre o trabalho e a educação no qual se afirma o caráter formativo do trabalho e da educação como ação humanizadora por meio do desenvolvimento de todas as potencialidades do ser humano. Seu campo específico de discussão teórica é o materialismo histórico em que se parte do trabalho como produtor dos meios de vida, tanto nos aspectos materiais como culturais, ou seja, de conhecimento, de criação material e simbólica, e de formas de sociabilidade (Marx, 1979).

Sendo assim, o trabalho humano como um princípio educativo devem ser debatidos separadamente, embora o trabalho humano esteja inserido dentro princípio educativo. O primeiro, trabalho, visa preparar o futuro trabalhador para que se possa extrair mais-valia relativa ao passo que o segundo, educação, encontre-se no processo de conhecimento da relação ser - humano/natureza, visando a que o educando compreenda a totalidade das relações sociais, culturais, científicas e práticas do mundo em que ele está envolvido. Com isso, a educação do campo pode e deve incorporar o trabalho como princípio educativo que não tenha em vista a “preparação para o emprego”, e sim a “formação pelo trabalho”.

3 METODOLOGIA

3.1 Delineamento da pesquisa

A elaboração e construção do objeto de estudo da pesquisa “O trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento com crianças e adolescentes oriundas do campo”, teve como lócus duas casas de acolhimento localizadas no município de João Pessoa/PB. A Casa de Acolhimento Morada do Betinho e a Casa de Acolhimento Shalom, sendo esta última uma organização não-governamental, estão vinculadas ao Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa do Tribunal de Justiça da Paraíba TJ/PB.

Para o desenvolvimento da pesquisa, inicialmente, foi necessário a autorização das coordenadoras das casas de acolhimento, bem como da chefe do setor de acolhimento da 1ª Vara do Fórum da Infância e Juventude do TJ/PB. A técnica de pesquisa para construção de dados foi a entrevista com as pedagogas e suas composta por Assistentes Sociais e Psicólogos (as) das duas casas de acolhimento e do Fórum da Infância e Juventude da Paraíba sendo transcritas e analisada posteriormente. Para uma melhor visualização dos relatos dos entrevistados, as suas falas estão em itálico e recuadas à margem.

A construção desse trabalho foi aprofundado inicialmente por uma pesquisa bibliográfica para uma melhor compreensão sobre o objeto de estudo. Lakatos (1992) nos diz que:

A pesquisa bibliográfica permite compreender que, se de um lado a resolução de um problema pode ser obtida através dela, por outro, tanto a pesquisa de laboratório quanto à de campo (documentação direta) exigem, com premissa, o levantamento do estudo da questão que se propõe a analisar e solucionar. A pesquisa bibliográfica pode, portanto, ser considerada também como o primeiro passo de toda pesquisa científica. (1992, p. 44).

É a partir da pesquisa bibliográfica que começamos compreender sobre o objeto de estudo a ser pesquisado, ou seja: os documentos aqui analisados, normatizações e os PPPs das casas de acolhimento serão confrontados com a fala dos (as) pedagogos (as).

Essa pesquisa tem também um caráter descritivo, que segundo os autores Cervo, Bervian e Da Silva (2007, p. 61), dizem que esse tipo de pesquisa “ocorre quando se observa, registra, analisa e correlaciona fatos ou fenômenos (variáveis) sem manipulá-los. Procura descobrir, com maior precisão possível, a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com os outros, sua natureza e suas características”. Estando dentro de uma perspectiva qualitativa.

Sendo assim, sem a abordagem qualitativa, se tornaria difícil a análise e compreensão das relações dos atores e atrizes entrevistadas nas casas de acolhimento.

3.2 Instrumentos e Técnicas para construção dos dados

Os instrumentos e técnicas para construção dos dados foram: as entrevistas, a observação e um questionário com perguntas que tiveram no seu roteiro questionamentos pertinentes como: Qual a sua

formação? Quais as dificuldades encontradas pelo pedagogo nas casas de acolhimento? Como são realizados as atividades e atendimentos por esse profissional nas casas de acolhimento? O pedagogo é necessário nesse espaço?

3.3 A análise dos dados

A análise dos dados foi realizado a partir da fala dos pedagogos atuantes nas duas casas de acolhimento sobre o trabalho desenvolvido com crianças oriundas do campo, tendo como contraponto as normatizações e o PPP das duas casas.

3.4 Participantes da pesquisa

O estudo foi realizado com a coordenadora e Pedagoga, a Assistente social e a Psicóloga da casa de acolhimento “Morada do Betinho”; com a Pedagoga, a Assistente Social e o Psicólogo (estes dois últimos são coordenadores da casa de acolhimento “Shalom”), e com a Pedagoga do setor de acolhimento da 1ª Vara do Fórum da Infância e Juventude do Tribunal de Justiça da Paraíba da Comarca de João Pessoa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Passamos a apresentar os resultados construídos na pesquisa de campo sobre como o pedagogo desenvolve seu trabalho nas casas de acolhimento com crianças e adolescentes oriundas do campo. Cabe ressaltar que com o questionário, traçamos o perfil dos entrevistados e a sua relação com o problema em questão.

Dividimos a análise e interpretação dos resultados em duas frentes metodológicas. A primeira contempla os dados construídos no questionário que trata do perfil social dos pedagogos atuantes e das crianças e adolescentes acolhidas nas casas pesquisadas; e a segunda corresponde à entrevista realizado com o (s) a (s) pedagogo (a) (s) e sua equipe composta por assistentes sociais e psicólogos.

Com a preocupação de resguardar as identidades dos entrevistados nas instituições que atuam, Fórum da Infância e Juventude de João Pessoa / PB, a Casa de Acolhimento Morada do Betinho e Casa de Acolhimento Shalom, como também, assegurar o absoluto sigilo das informações, foram criadas legendas para diferenciar os relatos das pedagogas tomando como a letra “P”, inicial de pedagoga, visto serem todas graduadas em pedagogia, como insígnia que substitui o termo, complementados por algarismos a partir do numeral “1” para diferenciar umas das outras gerando siglas: P1, P2 e P3 que correspondem a pedagoga um, pedagoga dois, pedagoga três.

Observando o perfil das duas pedagogas, percebe-se que existe uma grande diferença no tempo de atuação das duas na casa de acolhimento que atuam. Por ter mais tempo na casa trabalhando com as crianças e adolescentes, a pedagoga da Morada do Betinho possui uma grande experiência na prática devido o tempo de atuação, o que facilita o seu trabalho.

Dessa forma, a pedagoga da Morada do Betinho tem mais conhecimento sobre os acolhidos e a casa

que estão abrigado tendo facilidade no desenvolvimento da práxis pedagógica. Isso está reforçado nas palavras de Izar (IZAR, 2011, p. 128), quando a autora diz o abrigo é um espaço dúbio sendo fator determinante para os resultados da práxis pedagógica.

4.1 As Instituições de Acolhimento

4.1.1 A Casa Morada do Betinho

A casa “Iar Morada do Betinho” está localizada na Rua Clóvis Moreno Gondim nos Bancários, João Pessoa – PB. Sua fundação foi do ano de 1992, foi construída no aeroporto de Bayeux em homenagem ao sociólogo que faleceu “Betinho”. Posteriormente, foi transferida para o local atual a partir do ano de 1998 permanecendo em atividade atualmente.

É uma casa de porte médio, com outras casas na vizinhança sem muito espaços em seu entorno. A casa possui a seguinte estrutura física: três quartos, uma sala de apoio, uma sala de estar, uma sala de jantar, três banheiros, uma cozinha, uma dispensa, uma garagem onde funciona a nossa coordenação.

A equipe é formada por uma coordenadora e pedagoga, uma assistente social; uma psicóloga, nove educadores; duas cozinheiras, dois auxiliares de serviços gerais e dois motoristas. A casa atende um público entre crianças e adolescentes (meninos e meninas) de zero a dezoito anos incompletos, como prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente –ECA-, atualmente tem dez acolhidos com faixa etária de onze a dezenove anos de idade.

A casa possui como recursos materiais um telefone e a internet, não tem computador, a impressora está quebrada, todas as documentações são impressas na secretaria da prefeitura municipal de João Pessoa ou em outros ambientes (papelarias, Lan House, entre outros) que contenham máquina de impressão sendo pago do próprio bolso, dificultando com isso a agilidade do seu trabalho.

A casa não possui uma estrutura adequada para toda a sua equipe e os acolhidos, os cômodos da casa são pequenos, falta rampas de acesso a casa, corrimões na parte externa e interna da casa para receber acolhidos com deficiência motora por exemplo; não possui espaço externo suficiente para o lazer das crianças e adolescentes, haja vista que uma parte desse espaço externo é dividido para o uso doméstico como exemplo: a lavagem e a secagem de roupas usadas pelos integrantes da casa.

Segundo a pedagoga da “Morada do Betinho”, existe uma residência inclusiva que atende ao público de ambos os sexos a partir dos dezoito anos de idade com alguma deficiência, em situação de dependência. A pedagoga disse que tem um adolescente de dezenove anos de idade com transtorno mental, totalmente dependente, relatou ainda que:

Ele não quer sair daqui por se sentir bem acolhido, bem cuidado, protegido”. Que já visitou a residência inclusiva, mas ele não se adaptou. “Ele já construiu um vínculo muito forte com todos da casa, e quando fala que ele vai sair, ele se sente triste, enche os olhos de lágrimas, ele tem essa sensibilidade, os outros meninos cuidam dele, gostam dele e ele interage com todos.

A casa tem um Projeto Político Pedagógico – PPP, elaborado na gestão anterior, a pedagoga e a sua equipe relataram que não participaram da construção desse projeto, mas afirmam que as normas devem ser seguidas no que está escrito no PPP, e informa:

Diariamente conversamos com as pessoas da casa e os jovens e mudamos na prática para melhorar a convivência entre todos, a proposta da casa é resgatar os direitos das crianças e adolescentes que foram violados, como direito a educação, saúde, moradia, entre outros. A pedagoga da alta complexidade deveria vir na casa uma vez no mês, na semana para saber como está o andamento dos projetos para os jovens, que a obrigação dela, mas não vem, estamos sem suporte por conta disso, estamos aguardando.

4.1.2 Como é o trabalho do (a) pedagogo (a) na Morada do Betinho

A pedagoga exerce a função de coordenadora na casa de acolhimento, é formada em pedagogia com especialização em Psicopedagogia possuindo mais de três anos na função. Observando os relatos da pedagoga, depreende-se que ela “faz tudo” na Morada do Betinho, planeja, elabora e executa com a sua equipe as atividades a serem realizadas dentro e fora da casa, como exemplo, acompanhar o desenvolvimento da leitura e da escrita dos acolhidos na escola, a frequência escolar, a relação de comportamento com colegas e professores, levá-los a passeios como exemplo: à praia, entre outros.

As residências inclusivas que recebem pessoas deficientes devem estar em perfeito estado de conservação, se a proposta da residência inclusiva atende as necessidades de cada criança e adolescente com deficiência; se existem nesses espaços profissionais qualificados para atender satisfatoriamente as crianças e adolescentes deficientes, entre outras análises que um pedagogo pode observar e identificar.

A pedagoga encaminha às crianças e adolescentes para redes (FUNAD, Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa; Ministério Público estadual, CIDADE VIVA; POSTO DE SAÚDE, CREAS, entre outros), a fim de serem atendidos por especialistas como dentista, clínico geral, psicólogos, fonoaudiólogo..., não deixando nenhum acolhido sem atendimento.

Juntamente com a sua equipe, procura nas ruas da capital João Pessoa, inclusive na sua folga e nos finais de semana, adolescentes que evadiram da casa, a fim de trazê-los com segurança de volta para a morada, não permitindo que algo de ruim aconteça com as crianças e adolescentes que fugiram. A pedagoga participa também de audiência concentradas no Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa / PB, na Prefeitura Municipal de João Pessoa. Onde nessas audiência são discutidos o desenvolvimento do trabalho da sua equipe na casa de acolhimento com e para os acolhidos, a resolução dos problemas existentes; orientação de execução de trabalho das redes de atendimento para as casas de acolhimento, a fim de melhorar os serviços nessas instituições.

No decorrer do seu trabalho, elabora e envia ofícios para as redes municipal e estadual, para as

instituições não governamentais solicitando acompanhamento e desenvolvimento das competências e habilidades dos acolhidos nesses espaços não escolares, (FUNAD, Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa; Ministério Público estadual, CIDADE VIVA; Posto de Saúde, CREAS, entre outros).

Analisando o comentário da pedagoga quando diz que “faz tudo”, constatamos que a mesma exerce múltiplas funções na casa de acolhimento, haja vista que a docente exerce a função de coordenadora. Com isso, a pedagoga faz um acompanhamento pedagógico mínimo possível para os acolhidos, e a maior parte do seu tempo de trabalho diário é como atividades administrativas, para que possa manter assim, o funcionamento da instituição. Por não ter uma pedagoga específica na casa para realizar acompanhamento pedagógico para às crianças e adolescentes na casa, e sabendo que a coordenadora é quem exerce essa função, o atendimento pedagógico para esses sujeitos na maioria das vezes, não é concluído na sua totalidade satisfatoriamente.

Para a afirmação da pedagoga quando diz: “faz tudo” depreende-se que é uma profissional que exerce uma pedagogia social, devido o dinamismo diário que exerce na sua rotina de trabalho, exemplificado assim nos comentários de Streck e Santos (2011, p. 222), a Pedagogia Social, interessada na dinâmica das condições de vida de famílias, crianças, jovens, adultos e idosos, se insere no contexto dos problemas que surgem a partir da própria condição social. Numa perspectiva catalisadora de atividades que atingem a comunidade e a sociedade como um todo encontra no popular a referência que mobiliza a sua ação pedagógica.

Essa profissional para desenvolver um bom trabalho não só para os acolhidos, mas para todos integrantes da casa, precisa do apoio das entidades que mantém em funcionamento as casas de acolhimento, inserções dos acolhidos na comunidade por meio de projetos e a aproximação desses jovens na vida familiar mesmo com algumas de dificuldades devido o contexto social que cada família possui.

Contudo, para que haja uma qualidade no trabalho do pedagogo na casa de acolhimento com os acolhidos, esse profissional deve exercer funções diversas para a formação humana desses sujeitos por meio das práticas educativas, sejam elas direta ou indiretamente ligadas a transmissão e assimilação de saberes e modo de ação, como nos ensina Libâneo (2005, p. 33).

4.2 A casa de acolhimento Shalom

A casa de acolhimento Shalom está localizada na rua Dr. Francisco Câmara Dantas, s/n bairro do Bessa -João Pessoa – PB. A casa foi fundada em 2002 por um grupo de jovens da Igreja Batista na época, fazendo trabalhos voluntários de ajudar crianças e adolescentes com roupas, alimentação, remédios, entre outras doações. Posteriormente, passaram a morar numa casa alugada por trás da escola Lyceu Paraibano, servindo de um abrigo provisório e no ano de 2005 conseguiram o local próprio no bairro do Bessa.

É uma casa grande com distância considerável para outras casas da vizinhança, tem muito espaço em

seu entorno. A casa possui os seguintes cômodos: uma sala de reuniões, três quartos, três banheiros, uma sala com três ambientes; uma cozinha, duas áreas de serviços, um terraço para o lazer dos acolhidos; uma sala multifuncional para o laboratório de informática; uma sala do gestor da casa e uma brinquedoteca.

A casa possui uma estrutura física adequada para os acolhidos e os demais integrantes da casa, porém, não existe corrimões na área externa e interna da casa para receber pessoas com deficiência motora por exemplo. Os materiais de trabalho para o atendimento são: uma impressora, um computador com acesso à internet; jogos pedagógicos / educativos como exemplo: o dominó, tangran, xadrez, jogo da memória.

A equipe da casa é composta por: uma Assistente Social (coordenadora da casa), uma Pedagoga, uma Psicóloga; Sociólogo (coordenador da casa) e quatro educadores. Atualmente acolhe doze jovens, três crianças com oito, nove e onze anos de idade, uma destas com transtorno mental e nove adolescentes acima de 12 anos de idade. Um adolescente é de Pedras de Fogo, duas crianças são de Salgado de São Felix e um adolescente de Santa Rita. As duas crianças de Salgado de São Félix vieram da zona rural.

Na casa existia uma horta que eram cultivadas couve, batata, alface, cebolinha, coentro, tomate pimenta e compostagem. Todos os acolhidos participavam, trabalhavam no cultivo da horta, mas foi desativada devido o custo/benefício que estava ficando alto, pois com o aumento do consumo de água para irrigar a horta, ficou inviável mantê-la.

A casa possui o Projeto Político Pedagógico (PPP) que tem como objetivo geral “Contribuir com o fortalecimento do ensino-aprendizagem dos alunos na casa para evitar a repetência”. Um dos objetivos específicos é “promover ações que possam dar visibilidade as competências dos alunos”. O PPP tem como proposta pedagógica a formação cidadão dos jovens, prepará-los para a vida, para o mercado de trabalho.

4.2.1 Como é o trabalho do pedagogo na Casa Shalom

A pedagoga da casa Shalom descreve como é o seu trabalho dentro e fora da casa:

O papel do pedagogo é fazer o papel da família, ir à escola acompanhar as atividades, o desenvolvimento educacional dos acolhidos dentro e fora da sala de aula e suas famílias. Identificar no processo ensino e aprendizagem as dificuldades, as fragilidades de cada criança e adolescente, [...]. O reforço escolar, a inserção e participação dos acolhidos em projetos de lazer e cultura como exemplo: natação, cursos profissionalizantes de marcenaria e pescaria; palestras motivacionais, entre outros. Nos dias e horas agendadas participar de reuniões pedagógicas com a gestão escolar dos acolhidos; participar de audiências concentradas nas redes de ensino municipal e estadual, Fórum da Infância e Juventude, Ministério Público e Prefeitura Municipal de João Pessoa.

Compreendendo que o pedagogo atua em diversos espaços possuindo um público variado, as palavras da pedagoga da casa Shalom relatadas acima estão contempladas nos comentários de Libâneo e Pimenta (2002, p. 29) que falam da atuação do pedagogo inserido nos lugares formais, não-formais e informais como escolas, ruas e nas família.

A coordenadora e Assistente Social da casa Shalom vê o trabalho do pedagogo da seguinte forma:

Olha, é de grande importância, porque primeiro os adolescentes encaminhados, eles estão fora de faixa etária para a idade escolar, onde eles chegam aqui com 16, 17 anos sem serem alfabetizados, e na ida deles, ir para a escola os constroem muito, por que eles geralmente vão para o ensino da EJA a noite e por esse motivo, eles se sentem muito constroídos por não saberem ler e nem escrever. E é a partir daí que começa a alfabetização dentro da casa, aí eles se sentem mais a vontade de aprender as letras, de escrever o seu nome, se sentem mais respeitados na casa, porque a gente entende a história deles, de eles terem conseguido escrever e ler, e isso facilita o processo de aprendizagem. A fora também, um trabalho desenvolvido em conjunto com a equipe que é a questão da profissionalização, assim, conhecer a criança, para desenvolver as suas potencialidades, então é importantíssimo, a gente viu como avançou o nosso trabalho com a presença, com a contribuição do pedagogo. Então o pedagogo é o grande maestro, digamos assim desses conteúdos que faz essa discussão coletiva com a equipe e nos ajuda dentro da formação deles.

Conforme os comentários da Assistente Social acima, entendemos que o pedagogo exerce um papel muito importante na sociedade quando direciona a sua atuação para à educação de jovens e adultos, independente do lugar que esse público esteja. Esses comentários é fortalecido pelas palavras de Freire (2000, p. 96-97), que na sua concepção “A educação é um ato de amor, por isso, um ato de coragem. Não pode temer ao debate “[...] não pode fugir à discussão criadora, sob pena de uma farsa [...]”. A educação, antes de ser alfabetizadora, é um processo que precisa da transmissão de sentimentos, valores a serem seguidos, dos quais podemos apostar em resultados significativos para a construção da identidade de muitos jovens, até mesmo dos adultos.

Sendo assim, o pedagogo tem por excelência no exercício da sua docência a responsabilidade de contribuir em todos os aspectos, em todas as áreas do saber na vida de cada criança e do adolescente acolhida. Inserindo esses jovens em diversas atividades na comunidade para o seu pleno desenvolvimento cidadão. Além do mais, do reforço escolar para esses atores que precisam ler e escrever para terem uma vida melhor, não discriminando pela a sua idade, cor, sexo, etnia, raça, entre outros.

4.2.2 Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa / PB

O Fórum da Infância e Juventude na cidade de João Pessoa – PB. Está localizado na Avenida Rio Grande do Sul, Bairro dos Estados. É um prédio de primeiro andar, tendo em seu entorno na vizinhança: casas, pontos comerciais, prédios, escolas. A sua estrutura física não é acessível para todo o público, não possui rampas de acesso ao primeiro andar, o que tange o acesso a pessoas portadoras de deficiência motora como exemplo um cadeirante.

Sobre a criação do Fórum da Infância e Juventude da capital, não foi possível explicitar nesse trabalho a data do seu surgimento. Dialogando com alguns profissionais da secretaria na referida instituição, fomos informados que no órgão não existe nenhum documento que comprove a data de sua fundação, e nos orientaram a procurar essas informações na biblioteca do Tribunal de Justiça Paraíba, bem como o setor de jornalismo da mesma entidade, afim de conseguir alguns registros, porém não logramos êxito.

Posteriormente, localizamos algumas informações da fundação do Fórum da Infância e Juventude em uma monografia e um artigo de ex-estagiários de Psicologia e Arquivologia. O artigo “A ação da Psicologia jurídica frente aos adolescentes em conflito com a lei”, dos estagiários de Psicologia. Dentro desse artigo insere-se algumas informações sobre a data da criação da Vara da Infância e Juventude (VIJ) da Paraíba, denominada antes de como Vara Privativa de Menores. Segundo os autores Diniz e Silva (2007), esta teria sido criada por meio da resolução N° 03/1970, do Tribunal de Justiça do Estado e instalada através da Lei N° 3.693/1971. Por conseguinte, a 2ª VIJ foi fundada em 03 de abril de 1994, pela Lei de N° 25, da Organização e Divisão do Estado da Paraíba.

Na monografia “A transferência da informação da 2ª Vara da Infância e Juventude do Estado da Paraíba”, construída por uma estagiário de Arquivologia no Fórum da Infância e Juventude, encontramos registros de fundação da 2ª VIJ na data de 12 de setembro de 1996. Entretanto, foram apenas esses dois documentos (monografia e artigo) que explicitam sobre a fundação do Fórum da Infância e Juventude e a criação de suas respectivas varas.

Baseado nos trabalhos consultados (artigo e monografia) citados anteriormente, depreendemos que as referidas datas de fundação do Fórum da Infância e Juventude da comarca de João Pessoa do Estado da Paraíba, apresentam-se divergentes, sendo difícil a descrição do ano da criação do órgão público, não sendo possível delimitar quais os motivos, aspectos, os fatores que corroboram essa divergência.

Na tangente de resguardar documentos que descrevem a data da fundação da referida instituição pública, é importante fazer o resgate da sua fundação histórica por meio de diversas fontes que possibilitem a construção de futuras pesquisas acadêmicas, atenuando com isso, um melhor conhecimento sobre as Varas da Infância e Juventude (VIJ) que compõe o Fórum.

4.2.3 Como é o trabalho do (a) pedagogo (a) no Fórum da Infância e Juventude

A pedagoga do Fórum da Infância e Juventude tem especialização em docência do ensino superior em Gênero e Diversidade, e atualmente, cursa mestrado em educação. “P1” possui menos de um ano no exercício na função.

Exerce trabalho de observação da sua equipe técnica durante as inspeções nas casas de acolhimento, o que eles vão fazer, como a elaboração e construção de relatórios durante as inspeções, acompanhando, participando da vistoria e a construção de um relatório final constando nesse documento as análises de cada técnico dando a sua contribuição, seu um olhar social, seu olhar psicológico, seu olhar pedagógico.

Participa das audiências realizadas com a presença de famílias (pai, mãe, tio, avó, crianças...) para tratar de assuntos do seu interesse. Em algumas audiências as crianças não participam, para passar o tempo, enquanto as audiências de seus pais terminam, elas ficam na brinquedoteca e quem os acompanha é outro estagiário ou um técnico judiciário responsável pela criança.

Analisando as estruturas físicas das duas casas de acolhimento, depreende-se que elas tem uma característica comum: não atender a todo o público (crianças e adolescentes de uma maneira geral). Ou seja, não existe um padrão estrutural físico para receber e atender de forma adequada os acolhidos nessas instituições. Diante dessa situação, é possível que em determinados momentos não haja um bom atendimento entre o pedagogo e sua equipe com os acolhidos, dificultando assim a realização do trabalho, sobre esse aspecto a P1 afirma:

O atendimento é realizado dentro das possibilidades das crianças, todas juntas com idades diferentes, onde elas possuem um histórico de vida diversificado, dificultando assim, um bom atendimento. Deveria ser um atendimento separado, individualmente, ou por faixa etária.

Para que haja um melhor atendimento da equipe profissional, bem como a conformidade da estrutura física das casas de acolhimento, essas instituições devem seguir as normas que estão inseridas no documento Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009a), em que as casas de acolhimento elaborem um Projeto Político Pedagógico (PPP), com a participação de toda a equipe de serviço, bem como a participação das crianças, dos adolescentes e de suas famílias. Nesse sentido, o atendimento a esse público será melhor, dentro de uma estrutura física com condições adequadas, permitindo com isso, o fortalecimento de vínculos de confiança e afetividade com os acolhidos.

4.3 Quais as dificuldades encontradas pelos (as) pedagogos (as) nas casas de acolhimento

Nesse momento será tecida os comentários das pedagogas das duas casas de acolhimento sobre as dificuldades encontradas na execução do seu trabalho com as crianças e adolescentes na instituição. Após as narrações das entrevistadas será feito o defrontamento das respostas de cada pedagoga.

A “P1” disse que:

Em certas ocasiões tento compreender por qual motivo algumas das crianças e adolescentes deixaram de ir à escola, de participar dos cursos profissionalizantes, perceber que eles estão desmotivadas, estão sem rumo, falta motivação para todos eles, “eu fico procurando meios para motivá-los. Para mim o principal objetivo é fazer elas sonharem, como projetarem suas vidas fora daqui. “SIC”.

Observando e analisando o relato da pedagoga da casa de acolhimento Shalon, entende-se que essa profissional está tendo dificuldades para trabalhar com esse público, não conseguindo aplicar as normas constadas no PPP, indo ao desencontro das Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Esse desencontro pode ter sido gerado possivelmente, ou por meio da

estrutura física da casa de acolhimento, ou por falta de recursos materiais pedagógicos ou por outros fatores não mencionados pela docente que na sua vivência empírica com as crianças e adolescentes da casa, não foram suficientes para o exercício pleno da sua docência na tentativa de mudar essa perspectiva construída por esses jovens.

Essa avaliação que a pedagoga fez referente a essas atitudes dos acolhidos foi muito importante, embora não tenha conseguido compreender por que isso acontece. Para que a pedagoga possa chegar a uma conclusão sobre esses acontecimentos, ela deve identificar os níveis de aprendizado que cada criança e adolescente acolhida na casa possui. Essas identificações parte do (re) fazer avaliações contínuas com esse público, buscando alcançar o seu objetivo que é compreender por qual motivo isso acontece.

A pedagoga pode contribuir também na construção e solidificação de laços de confiança e afetividade com essas crianças e adolescentes, conforme prescreve as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009). Pois, não basta aproximar-se dos acolhidos, mas sim, interagir-se com os mesmos de forma amigável, passando segurança e confiança nos diálogos, nas brincadeiras, nas atividades diárias, respeitando as opiniões, as dificuldades, as limitações de cada um.

Por receber um público diverso de crianças e adolescentes com idades diferenciadas, a assistente social que faz parte da equipe da “P1” relatou que uma das dificuldades que encontra no desenvolvimento do seu trabalho na casa é lidar com crianças que tenha algum tipo de deficiência, haja vista que existe na moradia uma criança com transtorno mental.

Ressaltando os comentários da assistente social, os serviços de acolhimento institucional podem ser organizados de formas distintas, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009b, p.4). Inserido nessa organização existe uma residência inclusiva que recebem jovens e adultos com algum tipo de deficiência, em que essa unidade tende a ofertar para esse público, alguns serviços para o seu desenvolvimento biopsicossocial.

Mesmo as casas de acolhimento recebendo crianças e adolescente com algum tipo de deficiência, e por sua vez, não conseguindo inserir esses atores na residência inclusiva, por falta de comprometimento dos profissionais que nela trabalham, ou por outros motivos, a sua permanência na casa de acolhimento se faz necessário, no entanto, os gestores desses espaços não escolares devem estar respaldados por uma equipe externa profissional e qualificada para atender esse público jovem e que os orientem a lidar com esse público, haja vista que esses acolhidos necessitam de acompanhamento especializado.

Outra dificuldade que a equipe da “P1” tem é educar os acolhidos na casa, haja vista que alguns desses personagens não tiveram na infância uma educação adequada por parte da sua família e do Estado. Essas informações é descrito pela a Assistente Social da equipe da “P1”, pois segundo ela:

As duas crianças de Salgado de São Félix vieram da zona rural, nem o vaso sanitário eles sabiam usar, eles tem dificuldade, a questão da alimentação, da higiene pessoal, de lavar as mãos antes de comer devagar, de mastigar, de ser apresentado mesmo ao banheiro e como usá-lo. É toda aquela parte que eles não receberam de educação, informação, e a gente está conseguindo aos poucos educá-los. Esse é o terceiro da área rural que tem o hábito de fazer as suas necessidades fisiológicas ao ar livre. E a gente está investigando o porquê, pois teve um que tinha esse hábito, e por ter sido abusado, aí tinha medo de ir ao banheiro, fazia em público, pois achava que estava em segurança. Esses dois é questão da área rural mesmo, estão há uma semana aqui na casa, então a gente está apresentando o banheiro, a gente percebeu que ele não dormia na cama, ele dormia no chão, esperava todos irem dormir para depois se deitar e dormir no chão. Ele passou dos 11 aos 16 anos de idade dormindo nas calçadas e não sabia dormir na cama, com isso foi preciso reaprender. Sem ter esgotamento sanitário, sem ter água no chuveiro, tomando banho de cuia, buscando água em barreiras. Então é preciso realmente essas primeiras conversas, e geralmente vem com muitos piolhos, feridas, DSTS. Aqui temos um quarto em que eles preferem ficar até que se sintam bem, sem constrangimento. Tivemos um adolescente de 16 anos que veio para cá com DSTS, e os meninos da casa não queriam ele por perto, aí demos um tratamento todo especial, cuidar dele, para que ele se inserisse no grupo. Outras crianças/adolescentes passaram pela casa, como de Pirpirituba, Lucena, Pedras de Fogo, Salgado de São Félix. Os meninos moravam com a avó e um tio na área rural, e eram mal tratados, mas quando chegaram aqui eles não queriam eles por perto. O adolescente de Pedras de Fogo, a família é dependente do bolsa família e da agricultura local. Tentamos por duas vezes reintegrar o adolescente a sua família, mas sem êxito.

Analisando a fala da assistente social que faz parte da equipe da “P1”, observa-se primeiro que são crianças e adolescentes oriundas da zona rural, ou seja do campo, com uma raiz cultural própria, segundo os relatos de (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002). Para esses jovens do campo deve-se projetar uma concepção de educação que os respeitem como sujeitos no e do campo, uma educação contextualizada, humana, valorizando a sua vivência e experiência de vida como cidadãos por direito, conforme (CALDART 2010).

Isso é feito nas casas de acolhimento com a construção do Plano Individual de atendimento (PIA) de cada jovem. Inicialmente, quando a criança ou o adolescente chega à casa de acolhimento, a equipe elabora junto com e seus familiares o PIA, conforme a indicação das Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento para Crianças e Adolescentes apoiados no ECA. O ECA afirma como princípio, no primeiro inciso do artigo 92, a preservação dos vínculos familiares e a promoção para a reintegração familiar, visando orientar todo o trabalho a ser desenvolvido no decorrer do acolhimento.

Os acolhidos e seus familiares são orientados a participarem desse processo, junto com os técnicos da instituição e outros integrantes da rede, para ajudar a planejar os encaminhamentos que levem à superação das razões que conduziram ao acolhimento. Outra orientação que se aproxima do estatuto é o

acompanhamento da família de origem, para apoiar a família na reintegração e até mesmo para prevenir futuros afastamentos.

Sendo assim, toda a equipe deve trabalhar na reeducação dos jovens que não possuem hábitos e costumes educacionais e de higiene, devendo ser um trabalho em conjunto entre acolhidos, profissionais da casa de acolhimento, família e o Estado, favorecendo com isso, o pleno desenvolvimento das habilidades e competências desses atores e atrizes.

A assistente social que faz parte da equipe da “P1” disse que:

É a primeira experiência nossa com criança, assim a gente vê que houve uma falta de orientação do próprio Ministério Público quando o trouxe do Juliano Moreira para cá, sem essa informação, sem esse cuidado de trabalhar com os adolescentes e com a equipe para que pudesse receber.

Segundo a pedagoga da Casa de Acolhimento Morada do Betinho, a “P2” relatou que:

A pedagoga da alta complexidade da Prefeitura Municipal de João Pessoa deveria vir na casa pelo menos, uma vez no mês, na semana para saber como estar o andamento dos projetos para os jovens, que a obrigação dela, mas não vem, estamos sem suporte por conta disso, estamos aguardando.

Nesse entendimento, compreende-se que são crianças e adolescentes com seus costumes, suas culturas, suas identidades seus modos de relacionamento na comunidade; de se vestir, de se alimentar, entre outros, diferentes das crianças e adolescentes da zona urbana, conforme explicita (KOLLING, CERIOLI; CALDART, 2002).

Outra dificuldade encontrada pela “P2” foi a inserção de criança e adolescente com transtorno mental em sala de recurso. Em seus relatos estão as seguintes informações:

A gente foi inserir o jovem com transtorno mental na escola regular, mas não foi bem sucedido, em sala com os alunos sem deficiência, ele ficou muito agitado devido ao barulho, além do toque da sirene que era muito alto, ele não gosta de barulho, ficava agitado. Colocaram-no numa sala de recurso toda empoeirada, ficando doente por muito tempo, além das dificuldades por não quererem contratar um cuidador para ele e nem queriam que o cuidador daqui da casa fosse com ele para essa escola. Não tinha um educador especial, para ele não. A sala de recursos tem educador especial e o profissional iria pra a escola só 2 vezes por semana. A escola mandou um ofício para a vara da infância e a gente justificou esses problemas para a vara da infância, por isso que ele não estava indo mais. Ele faz FUNADE E CENTRO DE INCLUSÃO. Ele faz fisioterapia respiratória e motora e fonoaudiologia, além do trabalho da aluna da UFPB, de psicopedagogia, trabalhando os sentidos dele, todas as metodologias com ele a aluna de psicopedagogia, e ele avançou e continua evoluindo. Onde antes ele chegou aqui sem fazer nada, travado, e hoje e outro adolescente, feliz, desenvolveu bastante. Ele tem paralisia cerebral. Ele não sentava, hoje ele senta, se interage com os outros meninos e todos da casa”.

Depreendendo do comentário da “P2” acima, percebe-se que a mesma não logrou êxito na inserção do adolescente em escola regular como também teve o direito negado por parte do Estado em não obter uma Sala de Recurso Multifuncional (SRM) para o jovem com transtorno mental. Comportamento inadequado do Estado que caminha em desacordo com Resolução do CNE/CEB nº 02/2001 que institui as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica.

Conforme a narração da (P3):

Estamos desenvolvendo as questões educacionais pedagógicas das casas de acolhimento, está se desenvolvendo ainda como vai ser feito isso, porque nunca houve esse cargo de pedagogo no tribunal, direcionando-a para as questões de violação de direitos que diz respeito a educação. Não temos PPP aqui na vara da infância e juventude, ou seja, aqui no setor. Posso tentar implantar um PPP aqui no setor de acolhimento, vou verificar essa possibilidade.

4.3.1 Atendimentos e atividades realizadas pelas pedagogas com as crianças e adolescentes nas casas de acolhimento e no Fórum da Infância e Juventude.

Dentro dos atendimentos e atividades realizadas pelas “P1”, “P2” e “P3” com suas equipes (Psicólogos e Assistentes Sociais) sendo responsabilidade direta ou indireta da equipe, mas direcionados aos acolhidos, foi possível depreender como essa dualidade acontece, conforme as falas dos entrevistados. Há fala das pedagogas expressa essas duas categorias.

A “P1” disse que:

O atendimento é realizado dentro das possibilidades das crianças, todas juntas com idades diferentes, onde elas possuem um histórico de vida diversificado, dificultando assim, um bom atendimento. Disse ainda que (deveria ser um atendimento separado, individualmente ou por faixa etária).

Já a “P2” relatou que:

Diante das condições que nós temos, eu avalio o nosso atendimento como excelente e os próprios meninos que já foram de outras casas, dizem que aqui se sentem em casa e isso para gente é importante”.

Segundo a “P3”:

Existe o Plano de Atendimento Individual-(PIA) do jovem, um tipo de documento elaborado em equipe com o acolhido e seus familiares, plano onde sabemos a história de vida de cada criança e adolescente, daí podemos trabalhar nas suas dificuldades, sejam elas na saúde, educação, profissionalização, formação cidadão, de forma individualmente.

Observando as falas das “P1”, “P2” e “P3” percebe-se que os relatos das duas primeiras tem dificuldades em oferecer atendimentos adequados aos acolhidos, fato este mencionado pela “P1” onde posteriormente sugere um atendimento adequado a esses jovens, tendo como objetivo a formação humana. Já as informações da “P3” ressalta as falas da “P1” e “P2”, na elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) do jovem, pois com este plano facilita a compreender quem é o acolhido que vamos atender, trabalhar, construir junto com eles, seu projeto de vida. A (P3) afirma ainda que: *“o nosso trabalho é orientar, ajudar a resolver problemas”*.

Analisando as falas das “P1” e “P2” e “P3”, como também, confrontando as discussões dos entrevistados com as teorias de Libâneo (2005), depreende-se que nesses atendimentos existe uma troca de saberes por parte das pedagogas aos acolhidos. Saberes estes que por poder das dúvidas, implica na relação interacional entre o pedagogo e o acolhido. Sendo assim, uma das contribuições que o pedagogo pode ofertar para os acolhidos é enriquecimento da troca de saberes que objetivarão a formação humana de cada criança e adolescente, fortalecendo nessa transmissão de saberes a autonomia desses jovens.

Para haver um bom atendimento do pedagogo com às crianças e adolescentes nas casas de acolhimento, esses espaços devem ser um ambiente que seja estimulador a proporcionar ao jovem interesse de querer aprender, querer saber, querer fazer, além do reconhecimento da sua autonomia, pois ela é consolidada pelas Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento (2009), onde desenvolve habilidades compatíveis com as variadas faixas etárias de crianças e adolescentes.

Dentro das atividades que as pedagogas “P1”, “P2” e “P3” realizam nas casas de acolhimento, estão descritas diferentemente umas das outras, pois cada uma tem a sua metodologia de trabalho com os jovens, porém possuem a mesma finalidade, haja vista que as crianças e os adolescentes acolhidos nas casas estão com idade/ano escolar distorcidos, e muitos (as) não sabem ler e escrever. Segundo a (P1),

Existe uma brinquedoteca, um ambiente próprio, com poucos livros, jogos pedagógicos / educativos para os jovens, dentre eles o dominó, tangran, xadrez, jogo da memória, no entanto quem utiliza a brinquedoteca com os jovens é a psicóloga”. A (P1) diz que tem também, “o Projeto “ABC” que é destinado ao reforço escolar dos jovens e o ensino e a aprendizagem, para aqueles que tem dificuldade na leitura e na escrita.

Conforme os relatos da (P2),

As atividades desenvolvidas com os acolhidos são direcionadas para processo de ensino/aprendizagem, pois esses mesmos acolhidos se encontram fora da faixa etária escolar, e para suprir essa distorção, os jovens das casas de acolhimento foram orientados a participarem do projeto chamado -LEIA- (Projeto de Letramento e Escolarização), onde é trabalhado individualmente e em grupo algumas atividades de reforço escolar.

Os dois projetos citados acima possibilitam avanço na leitura e na escrita das crianças e adolescentes, uma compreensão maior e melhor de lidar com o processo ensino/aprendizagem nas disciplinas que estes jovens tem dificuldades. Os responsáveis por desenvolver esses projetos junto com os jovens são pessoas voluntárias de igrejas e graduandos da própria Universidade Federal da Paraíba que aderiram a prática de ensinar a quem precisa e necessita aprender a ler e a escrever, sem retorno financeiro algum.

A “P2” relatou que ainda existe o -Projeto Caminhar- que direciona os jovens para o mercado de trabalho por meio de cursos de capacitação. É um projeto desenvolvido por voluntários do “CIDADE VIVA”, que contribui no desenvolvimento de habilidades competências de cada criança e adolescente, permitindo para eles, possibilidades de sonharem e planejarem seu projeto de vida profissional. A “P3” afirmou que exerce o cargo há pouco tempo e que ainda está desenvolvendo as questões educacionais pedagógica junto com sua equipe.

Analisando os projetos direcionados para os jovens das casas de acolhimento, entendemos que existe construção de saberes entre os voluntários e os acolhidos, pois os voluntários assumem a função de mediadores na vida dessas crianças e adolescentes desenvolvendo ações pedagógicas e educativas, mesmo sabendo que as dificuldades são muitas, devido a violação de seus direitos.

A interação da criança e do adolescente no cotidiano constrói o desenvolvimento da cidadania, tendo como exercício do diálogo a ampliação da criatividade e inventividade de cada jovem acolhido institucionalmente, fortalecendo como isso, a práxis pedagógica.

Sendo assim, é dever do Estado e da família oferecer às crianças e aos adolescentes o exercício da cidadania, construindo na sociedade em que se insere seu próprio projeto de vida, a fim de solidificar o seu potencial humano nas relações sociais com as outras pessoas, compartilhando saberes e adquirindo valores éticos, morais, respeito com o outras culturas.

4.3.2 Perfil dos entrevistados

Nesta primeira parte de análise e interpretação de dados, encontra-se demonstrado através de discussões, o perfil dos entrevistados nos seus aspectos acadêmicos e profissionais, bem como alguns aspectos de suas relações com o problema da pesquisa, baseando-se, para tanto nas informações fornecidas pelo questionário aberto que foi aplicado as três pedagogas.

No que tange ao perfil dos sujeitos entrevistados, estamos falando de aspectos pessoais, acadêmicos e profissionais, relacionados ao objeto de estudo da pesquisa, como também das crianças e adolescentes que residem em duas dessas instituições.

Quadro 1. Perfil das pedagogas das duas casas de acolhimento

Casa de Acolhimento Morada do Betinho				
Função/Formação	Pós Graduação	Anos na casa	Idade	Anos de

				Formação
Coordenadora/Pedagogia	Psicopedagogia	16 anos	Entre 35 e 45 anos	23 anos
Casa de Acolhimento Shalom				
Função/Formação	Pós Graduação	Anos na casa	Idade	Anos de Formação
Pedagoga/Pedagogia	Especialização em Recursos Humanos e em Educação Infantil.	2 anos na casa	Entre 28 e 38 anos	10 anos

Fonte: Produção do próprio autor, a partir dos dados coletados das pedagogas entrevistadas.

A pedagoga da casa de acolhimento Shalom é formada em pedagogia, com Pós Especialização em Recursos Humanos e em Educação Infantil. A pedagoga da casa de acolhimento Morada do Betinho é formada em pedagogia com especialização em psicopedagogia, exercendo a função atualmente de coordenadora da instituição. E a pedagoga do Fórum da Infância e Juventude é formada em pedagogia com especialização em docência do ensino superior em gênero e diversidade. Os gestores das casas de acolhimento solicitam por meio de ofício ao Estado ou Município o profissional pedagogo para ingressar na equipe da instituição, para contribuir e executar atividades pertinentes a sua formação

4.3.3 Tempo de experiência das entrevistadas

A tabela acima apresenta o perfil das pedagogas das duas casas de acolhimento, a experiência profissional de cada pedagoga demonstra a trajetória percorrida por esse profissional, conforme ressalta Pimenta (2006, p. 20). É claro que, em se tratando de experiência profissional, a sua concretude é solidificada por meio da prática durante o seu tempo de vivência, haja vista que não se pode exercer alguma atividade só com a teoria e querê-la chegar ao resultado rapidamente, pelo contrário, a dualidade teoria e prática então imbricadas, sendo estas executadas paralelamente na conjuntura atual de cada profissional.

Essa dualidade não funcionaria se estivessem separadas, pois uma complementa a outra. Atuando só com uma das duas, o pedagogo determina subjetivamente o seu modo de atuar, ficando apenas no exercício da teoria ou da prática, gerando nesse profissional barreiras difíceis de serem superadas. Trabalhando a dualidade teoria/prática, o pedagogo demonstra objetividade na sua atuação frente as questões pedagógicas para o público e em diversos ambientes de atuação, em especial, as casas de acolhimento consideradas espaços não escolares e o público que essas instituições recebem.

Logo, a teoria não funciona sem a prática, as duas se completam dando ênfase no desenvolvimento do trabalho do pedagogo em diversos ambientes não escolares como as casas de acolhimento por exemplo.

Nesse sentido, quanto mais tempo o pedagogo estiver exercendo a sua função, maior será a sua experiência na vivência do cotidiano.

4.3.4 Aspectos estruturais das casas de acolhimento para o trabalho do pedagogo com os acolhidos.

Analisando as casas de acolhimento foi possível perceber algumas diferenças na estrutura física quando foram confrontadas. A casa morada do Betinho é de porte médio, com outras casas na vizinhança sem muito espaço em seu entorno, pois a sua localização geográfica é compatível com o lugar; os cômodos são pequenos e apertados dificultando a locomoção dos acolhidos e dos funcionários que residem. Já a casa Shalom é uma casa grande com distância considerável para outras casas da vizinhança, pois se encontra em um terreno separado das demais residências favorecendo com isso, a sua localização geográfica. Em relação aos cômodos da casa, são espaçosos o que facilita o acesso dos acolhidos e funcionários da residência.

Fazendo a comparação: a casa de acolhimento Morada do Betinho com a casa de acolhimento Shalom, ressalta-se que as duas casas localizam-se em bairros diferentes, enquanto a primeira divide o seu espaço com outras residências vizinhas, a segunda não discorre dessa situação pelo fato de não dividir a área da sua localização com outras residências, sendo visível a diferença estrutural para os acolhidos e funcionários da casa. Sendo assim, a primeira está limitada em termos estruturais físicos para um bom trabalho do pedagogo, podendo acarretar dificuldades de atuação desse profissional nesse espaço.

No tocante a essas duas casas de acolhimento, consideradas espaços de educação não formal onde o pedagogo pode atuar porque nelas existem educação a ser praticada. Essas duas instituições são importantes para o desenvolvimento humano das crianças e adolescentes que nela residem, sendo necessário uma estrutura adequada para receber e atender bem esses jovens que tiveram suas garantias de direitos violados. E para que haja um bom atendimento da equipe nessas instituições, os profissionais deve seguir o Projeto Político Pedagógico – PPP -, para que assim, possam alcançar os objetivos propostos pelo PPP, segundo as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes (2009).

Por abranger diversas áreas de conhecimento, o pedagogo para realizar o seu trabalho na sua totalidade com eficiência, não deveria atuar em espaços limitados, haja vista que um local amplo onde possa trabalhar exercer a práxis pedagógica com os jovens lhe proporciona o exercício da sua docência na íntegra. Outro ponto de divergência na estrutura física é que as duas casas de acolhimento por estarem em espaços geográficos diferentes e possuindo uma estrutura física divergente uma da outra, além de proporcionar limitações de trabalho para o pedagogo com os acolhidos nesses espaços considerados não escolares, não realizando com isso a práxis pedagógica, pode também dificultar a atuação dos outros profissionais da instituição, fazendo com que as crianças e adolescentes que residem nesses espaços não tenham um bom acompanhamento da equipe na sua totalidade.

Para afirmar o parágrafo citado anteriormente sobre a realização da práxis pedagógica nas casas de

acolhimento, as duas instituições devem ser espaços universais de trabalho tanto para o pedagogo, como para os outros profissionais que atuam nesses espaços e que podem contribuir, oportunizar o desenvolvimento da práxis nas crianças e adolescentes que residem nesses espaços não escolares, e que as casas de acolhimento possam ser espaços de formação dúbio para o desenvolvimento dos acolhidos resultando na sua práxis, conforme os comentários de Izar (2011, p. 128).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando as duas instituições de acolhimento, percebemos que o trabalho do pedagogo atende um público heterogêneo de crianças e adolescentes, esse profissional enfrenta grandes dificuldades e desafios (espaços físicos limitados para acolher os jovens, atendimentos em grupos e não individual, poucos recursos materiais pedagógicos, entre outros) para lidar com esses jovens.

Os pedagogos alegaram falta de recursos e demora no apoio e suporte das redes (Prefeitura Municipal de João Pessoa, Fórum da Infância e Juventude de João Pessoa/PB; Ministério Público, Centro de Referência Especializado e Assistência Social, entre outros), para o bom desenvolvimento das casas de acolhimento, haja vista que o trabalho em conjunto das redes com as casas de acolhimento é benéfico para o tratamento que cada criança e adolescente receberá na instituição.

A presença do pedagogo é muito importante nos espaços não-escolares como as casas de acolhimento, pois esse profissional contribui positivamente na vida das crianças e adolescentes acolhidos nesses espaços não escolares, bem como o seu trabalho em conjunto com outros profissionais de outras áreas como psicólogos e assistentes sociais favorece aos acolhidos.

O pedagogo das casas de acolhimento debruça-se diariamente na vida de cada acolhido oportunizando mecanismos de aprendizagens, contemplando e enriquecendo os saberes de cada criança e adolescente, respeitando a diversidade, as opiniões, os gostos, os costumes de cada um (a), fortalecendo laços afetivos a fim de que esses jovens possam ser inseridos no convívio familiar novamente.

A compreensão do contexto nas instituições de acolhimento estudados serviu de norte para interpretação dos discursos e as análises do material empírico abordado na metodologia, associado ao trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento, além de compreender as garantias de direitos violados que as crianças e adolescentes que estão acolhidos tiveram.

Portanto, os resultados dessa pesquisa servirão de base para futuros trabalhos acadêmicos, direcionados às discussões de atuação do pedagogo nas casas de acolhimento atenuando para os direitos e garantias da criança e adolescentes. Considerando essas instituições como espaços não escolares que favorecem ao desenvolvimento da crianças e do adolescentes, se faz necessário refletir e se perguntar: **Por que as casas de acolhimento não conseguem ter o apoio/suporte necessário e suficiente de forma ágil por parte das redes que as mantêm em funcionamento? Por que não existe um padrão de estrutura física, de recursos humanos e materiais para todas as casas de acolhimento? Por que não tem pedagogos (as) em todas as casas de acolhimento, haja vista a sua importância de atuação e contribuição na educação para os acolhidos nesses espaços não escolares?**

As casas de acolhimento mesmo com espaços limitados para a atuação do pedagogo com os acolhidos, não devem ser espaços de abrigo temporários para as crianças e adolescentes, mas sim, espaços de formação humana, espaços que estimulem e proporcionem ao jovem interesses de querer aprender, querer saber, querer fazer, além do reconhecimento da sua autonomia, e que o pedagogo ao fazer um bom atendimento as crianças e adolescentes nesses locais, possa realiza a troca de saberes que objetivarão desenvolvimento das habilidades compatíveis com as variadas faixas etárias de cada criança e adolescente, conforme as Orientações Técnicas para o Serviço de Acolhimento (BRASIL, 2009a, p. 53).

No que tange o trabalho do pedagogo nas casas de acolhimento com crianças e adolescentes oriundos do campo, sendo esta o lócus da pesquisa, observamos que elas desenvolvem um trabalho, com foco na docência não só para os acolhidos, mas também, para todos os integrantes da equipe das referidas casas.

No decorrer das atividades diárias realizadas, a pedagoga “P1” se difere da pedagoga “P2”, por executar com maior amplitude o seu trabalho, haja vista que a “P1” é coordenadora da instituição de acolhimento, e essa função requer um comprometimento maior do seu trabalho como profissional, pois as suas atividades

estão direcionadas aos acolhidos, suas famílias e as redes que conjecturam o funcionamento das casas de acolhimento. Dessa forma a “P1” exerce uma pedagogia social, conforme os relatos de Streck e Santos (2011, p. 222), por atuar em diversos ambientes com público diversificado, contribuindo assim, com a sua experiência de pedagoga.

A pedagoga “P2”, segundo Streck e Santos (2011, p. 222), realiza também uma pedagogia social, haja vista que por lhe dar com público diverso, exercendo somente a função de pedagoga, contribui para o pleno desenvolvimento humano das crianças e adolescentes que estão inseridos na casa de acolhimento. Essa mesma pedagoga no exercício da sua profissão interage socialmente com os acolhidos, atenuando neles o processo ensino/aprendizagem, o reforço escolar, a inserção desses acolhidos em projetos sociais desenvolvidos pela comunidade, construindo nesse atores formação humana, segundo os comentários de LIBÂNEO (2005).

Dentro dos trabalhos realizados pelas pedagogas nas duas casa de acolhimento, se faz necessário uma maior aproximação das equipes profissionais das redes (Fórum da Infância e Juventude, Ministério Público, Prefeitura Municipal de João Pessoa, entre outras), para apoiar de forma satisfatória os entraves, dificuldades que cada instituição executa. Sem o apoio dessas instâncias, as instituições de acolhimento, tornam-se limitadas na resolução de possíveis problemas, ficando desprovidas de orientações, de diversos serviços para o bom desenvolvimento do trabalho da equipe e para as crianças e adolescentes acolhidas, conforme a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (BRASIL, 2009).

No capítulo 8º das DCNEI, vemos um pequeno trecho que especifica e aprofunda a educação infantil das crianças dos territórios rurais. (parágrafo3º), as propostas pedagógicas da educação infantil das crianças filhas de agricultores familiares, extrativistas, pescadores artesanais, ribeirinhos, assentados e acampados da reforma agrária, quilombolas, caiçaras, povos da floresta, devem: reconhecer os modos de vida do campo como fundamentais para a constituição da identidade das crianças moradoras em territórios rurais; flexibilizar se necessário, calendário, rotinas e atividades respeitando as diferenças quanto à atividade econômica dessas populações.

Partindo desse entendimento exposto pelo DCNEI, o pedagogo deve trabalhar com as crianças e adolescentes oriundas do campo valorizando e respeitando o seu conhecimento prévio. Esse profissional ao planejar as atividades dentro e fora da casa de acolhimento para os acolhidos, deve levar em consideração que esses atores e atrizes que vieram da zona rural tem um aprendizado diferente dos sujeitos da zona urbana. Ou seja, o pedagogo tem que contemplar dentro do seu planejamento pedagógico todos os acolhidos, trabalhando sua formação humana, em especial os jovens do campo, um atendimento diferenciado, pois a maioria desses atores retornarão para as suas famílias que residem na zona rural. Haja vista que um dos objetivos que as equipes das casas de acolhimento oferta é o retorno do acolhido a sua família.

Desta forma, entendemos que os fatores da organização estrutural e pedagógica das instituições de

acolhimento: a falta de recursos humanos e materiais, pouco apoio e incentivo das redes; espaços limitados para o lazer das crianças e adolescentes, além das rotinas, regras da instituição, entre outros são situações que favorece em parte para a vida dessas crianças e adolescentes acolhidas nas instituições, sendo necessário uma atuação mais presente das redes em apoiar na sua totalidade as instituições de acolhimento que são responsáveis para que os pontos negativos sejam sanados.

REFERÊNCIAS

- BRASIL, **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- _____. **Orientações técnicas**: serviços de acolhimento para crianças e adolescentes. Brasília, junho de 2009.
- Brasília: **Articulação Nacional por uma Educação do Campo**, 2002.
- CALDART, R. S. **Por Uma Educação do Campo: traços de uma identidade em construção**. In: KOLLING,
- CNAS. Resolução nº 145, de 15 de outubro de 2004. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS**. Brasília: **Conselho Nacional de Assistência Social**, 2004.
- E. J.; CERIOLI, P. R.; CALDART, R. S. (Org.). **Educação do Campo: identidade e políticas públicas**.
- CAMBI, Franco. **História da Pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.
- DIEHL, Astor Antonio. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.
- Estatuto da Criança e do Adolescente** (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990);
- FREIRE, P. Pedagogia da autonomia. **Saberes Necessários à Prática Educativa**. 25 ed. São Paulo: Paz e Terra. 1996.
- _____. **Pedagogia do Oprimido**, 43 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.
- _____. **Educação como prática da liberdade**. 24 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra. 2000.
- GHIRALDELLI, Junior, P. **O que é pedagogia?** 2005. Disponível em: <http://www.centrorefeducacional.pro.br/pdaguiara.htm>. Acesso em: 30 de março de 2017.
- GOHN, M. da G. **Educação não – formal e cultura política**. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- HOLTZ, Maria Luiza Martins. **Lições de pedagogia empresarial**. MH Assessoria Empresarial S/C Ltda., Sorocaba-SP, 2006. Disponível em: [http://www.mh.et.br/documentos/licoesde pedagogiaempresarial.pdf](http://www.mh.et.br/documentos/licoesde_pedagogiaempresarial.pdf). Acesso em: 25 mar.2017.
- IZAR, J. G. **A práxis pedagógica em abrigos**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- _____. **O Projeto Pedagógico em Abrigos**. 2007. 137 p. Monografia de Conclusão de Curso (Pedagogia). Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- JACOBUCCI, Daniela Franco Carvalho. Contribuições dos espaços não-formais de educação para a formação da cultura científica. **Em Extensão**, Uberlândia, v.7, p.55- 66, 2008.
- KOLLING, Edgar Jorge; CERIOLI, Paulo Ricardo; CALDART, Roseli Salette. **Educação do campo: Identidade e políticas públicas**. Brasília, DF. Articulação nacional por uma Educação do Campo, 2002. Coleção por uma educação básica do campo, nº 4.

- LAKATOS, Maria Eva. MARCONI, Maria de Andrade. **Metodologia do trabalho científico**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 1992.
- LAPIERRE, L. **Imaginário e liderança**. São Paulo: Atlas, 1995.
- Lei de Diretrizes e Bases da Educação** (Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996);
- LEITE, M. L. M. O óbvio e o contraditório da Roda. In: DEL PIORI, Mary. (Org.). **História da criança no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1991. pp. 98-111.
- LIBÂNEO, J. C. **Que destino os educadores darão à pedagogia?** In: PIMENTA, S. G. (Coord.). **Pedagogia, ciência da educação?** São Paulo: Cortez, 1996.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** São Paulo: Cortez, 2002.
- _____. **Pedagogia e pedagogos, para quê?** 8. ed. São Paulo, Cortez, 2005.
- LOPEZ, Isolda (Org.). **Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2008.
- LOPES, E. **Adequação Curricular: um caminho para a inclusão do aluno com deficiência intelectual**. 169 p. Dissertação (Mestrado em Educação) Universidade Estadual de Londrina Centro de Educação, Comunicação e Artes. Londrina, 2010.
- LUCKESI, C. C. O Educador: Qual o seu papel na contemporaneidade? In: D'ÁVILA, Cristina. **Ser professor na contemporaneidade: Desafio, ludicidade e protagonismo**. Curitiba: Editora CRV, 2009, p. 41-52.
- MUNARIM, A. et al. (Org.). **Educação do campo: reflexões e perspectivas**. Florianópolis: Insular, 2010
- MARCÍLIO, Maria Luisa. **História Social da Criança Abandonada**. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 2006. 331p.
- MARX; ENGELS. **A ideologia alemã** (Feurbach). São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- MOURA, E. ; ZUCHETTI, D. T.; **Explorando outros cenários: educação não escolar e pedagogia social**. **Educação Unisinos**, São Leopoldo/RS, 2006, v. 10, n. 3, set./dez.p. 228-236.
- PARAÍBA. Tribunal de Justiça. **Lei de Organização e Divisão Judiciárias do Estado da Paraíba-LOJE**. Lei complementar nº 96, de 03 de dezembro de 2010. Disponível em: http://irib.org.br/arquivos/biblioteca/Código_de_Normas_TJ_PB.pdf. Acesso em: 12 de abril de 2017.
- Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes – CNAS/ CONANDA/2009.
- PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria do Socorro Lucena. **Estágio e Docência**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008.
- Política Nacional de Assistência Social – PNAS 2004. **Normas Operacionais Básicas/NOB SUAS** – Brasília. Novembro de 2005.
- POKER, R.B., R.C.T. Araújo, A.A.S. Oliveira, F. I.W. Oliveira et al. **“Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica: algumas considerações”**. Marília, UNESP, 2001 (análise).

Rodrigo Affonseca (Org.). **Saúde Mental na Escola**: o que os educadores devem saber. Porto Alegre: Artmed, 2014.

ROMANS, M; PETRUS, A; TRILLA, J. **Profissão**: educador social. Porto Alegre: Artmed, 2003

SILVA. Carmem Silvia. **Curso de Pedagogia no Brasil**: história e identidade. Campinas: Autores Associados, 2003.

_____. **O Estatuto da Criança e do Adolescente e o Código de Menores**: descontinuidades e continuidades. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, v.26, n.83, p.30-48, 2005.

VIANNA, F.V. (1893). **Memória sobre o Estado da Bahia**: s/ed. Disponível em . Acesso em 16 mar. 2017.

ANEXOS

Tribunal de Justiça da Paraíba
Comarca da Capital
1ª Vara da Infância e Juventude

Ofício nº 210/2017 – SAI

João Pessoa, 02 de maio de 2017

À Senhora

Ana Carla Andrade Palmeira França

Diretora de Assistência Social - SEDES

Centro Administrativo Municipal de João Pessoa

End: Av. Diógenes Chianca, Nº 177 – Água Fria

NESTA

Senhora Diretora,

Informo Vossa Senhoria que o estudante Nilton da Cruz Silva, portador do RG nº 2583749, devidamente matriculado no curso de graduação em Pedagogia na Universidade Federal da Paraíba, realizará visita a instituições Lar da Criança e do Adolescente Casa Shalon (ONG) E Casa Lar Morada do Betinho – SEDES, com vistas a realizar entrevista com a equipe técnica para coletar dados para a sua pesquisa de Trabalho de Conclusão de Curso. A visita acontecerá no dia 03 e 04 deste mês, no período da manhã.

Atenciosamente,

ADHAILTON LACET CORREIA PORTO

Juiz de Direito Titular



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Educação
Campus I - João Pessoa / PB
Coordenação do Curso de Pedagogia - Área de Aprofundamento em Ed. do Campo

QUESTIONÁRIO

- 1) Composição da equipe multiprofissional?
- 2) Qual a sua idade? Qual o tempo de formação? Qual o tempo de atuação na casa de acolhimento?
- 3) De que forma é feita o ingresso dos profissionais nas casas de acolhimento?
- 4) Qual é a contribuição do pedagogo nas casas de acolhimento?
- 5) Quais as atividades desenvolvidas por esse profissional?
- 6) O pedagogo é necessário nesse espaço? Por quê?
- 7) Quais as dificuldades encontradas por esse profissional nesses espaços?
- 8) Como está estruturado o espaço Físico da casa de acolhimento?
- 9) Quais são recursos materiais e humanos existentes?
- 10) Como você avalia os atendimentos na casa?
- 11) Número total de adolescentes na casa? E sua faixa etária?
- 12) Como são realizados as atividades e os atendimentos com os acolhidos?
- 13) A casa tem um Projeto Político Pedagógico - PPP? Quem elabora? Como se deu a sua participação na elaboração do PPP? Qual a proposta pedagógica?

Como é a sua relação com as escolas nas quais as crianças e adolescentes estudam?